



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 03/2019

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019

INICIADA ÀS 09 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 13 HORAS e 35 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>27</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>64</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>64</b>

**ATA N.º 03 / 2019**

**ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Prestação de Contas do Exercício do ano 2018;
- 2.3 - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
- 2.4 - Contrato de Delegação de Competência entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso;
- 2.5 - CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Atividades do ano 2018.

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Dr.ª Sandra Isabel Neves Ferreira. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr.º João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Tiago Santos Silva em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Dr.ª Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição do Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof.º Bernardino Gata da Silva, Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, Dr.º António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dr.ª Ana Cristina da Silva de Azevedo Moreira em substituição da Dr.ª Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr.º Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Dr.º José Paulo Pina Simão, Dr.ª Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Dr.ª Maria Leonor Cipriano Narciso em substituição do Dr.º Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr.º Hugo Ferrinho Lopes, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr.ª Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr.º Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dr.ª Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dr.ª Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dr.ª Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores João Ramos Almeida (Erada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr.º Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr.º José Armando Serra dos Reis, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr.º Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; Dr.ª Ivone Franco Correia do Serviço de Apoio aos Órgãos e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote que apoia a Assembleia Municipal. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

**ORDEM DE TRABALHOS****PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 05/2018 DE 21 DE DEZEMBRO**

--- Foi submetida a ata, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não tendo havido intervenientes. Colocada à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***.

Não participaram na votação, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores **Tiago Santos Silva, Dr.ª Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha, Dr.ª Maria Leonor Cipriano Narciso, Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa)**. -----

**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 01/2019 DE 30 DE JANEIRO**

--- Foi submetida a ata, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não tendo havido intervenientes. Colocada à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***.

Não participaram na votação, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores **Tiago Santos Silva, Dr.ª Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha, Prof.º Bernardino Gata da Silva, Dr.ª Ana Cristina da Silva de Azevedo Moreira, Dra. Joana Filipa Real Sardinha e Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues**. -----

**EXPEDIENTE**

--- Tendo o mesmo sido entregue a todos os Membros convocados, foi apresentado o seguinte expediente, nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta endereçada ao Ministério da Administração Interna sobre a “Falta de meios humanos no Posto da GNR do Teixoso, no concelho da Covilhã”; -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta endereçada ao Ministério da Saúde sobre “Nota imprensa – Falta de médico na extensão de saúde de Ourondo – Covilhã”; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta endereçada ao Ministério da Saúde sobre “Listas de espera do CHCBeira – Oftalmologia”; -----
- Email do senhor Arlindo Gomes em que apresenta uma reclamação sobre “Tarifa de Ocupação do Subsolo”; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter, para conhecimento, o Projeto de Resolução 910/XIII/2 “Diligenciar para erradicar o uso do glifosato” apresentado na Assembleia da República pelos Senhores Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira e informa que a discussão desta iniciativa legislativa está agendada para 20 de março na Comissão de Agricultura e Mar; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento e informação, o Projeto de Lei n.º 1180/XIII/4.ª “Estrutura orgânica e a forma de gestão das Áreas protegidas”; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a resposta do Ministério da Saúde à pergunta sobre “Falta de médico na extensão de saúde de Ourondo – Covilhã”; -
- Ofício da Universidade da Beira Interior – Gabinete do Reitor – a acusar e agradecer o Voto de Congratulação e Louvor; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Ministério da Educação sobre a EB Pêro da Covilhã. -----

Não houve intervenções neste ponto. -----

### INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O **Partido Comunista Português**, na voz do Senhor **Prof.º Vítor Reis Silva**, fez a seguinte intervenção sobre **o 25 de Abril de 1974, a introdução do pagamento dos ascensores e funiculares e os passes intermodais** que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 01) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Estamos ainda em tempo de Abril, decorrendo ainda algumas iniciativas às comemorações do 25 de Abril de 1974, sendo possível um pequeno balanço sobre as mesmas. -----

Desde logo a constatação de que a Câmara Municipal não envolveu, na organização e concretização das comemorações, as forças políticas e o movimento associativo, promovendo, desta forma, comemorações populares. -----

Aliás, como tinha sido recomendado pelo grupo municipal do PCP, na qual, se manifestou a nossa disponibilidade. -----

Para além do espetáculo, na noite de 24 para 25, limitou-se a incluir no seu programa institucional algumas iniciativas de outras organizações e de inauguração de obras de iniciativa de algumas Juntas de Freguesia. -----

Muito pouco. -----

Muito pouco para os 45 anos do 25 de Abril de 1974. -----

A adesão a uma iniciativa, a um projeto, a uma obra e a uma ideia não se impõe, nem os consensos se criam por geração espontânea. -----

Os consensos criam-se na partilha de ideias, no processo de construção de algo, em momentos e espaços para os quais convocamos todos os que potencialmente possam aderir. -----

A união de esforços constrói-se no respeito pela diversidade, na procura do denominador comum, na procura da ideia ou do projeto que nos une. -----

Durante 48 anos o fascismo impôs a sua união nacional perseguindo, encarcerando e torturando todos aqueles que tinham outras ideias e outra perspetiva da organização e desenvolvimento do País, e do bem estar das pessoas. -----

E à imposição fascista de uma união nacional, os ditos republicanos e laicos autodissolveram as suas organizações políticas, os seus partidos, demitindo-se do seu dever de resistência organizada... mas... voltam a aparecer no alvor da revolução... quando era previsível a queda do regime. -----

Outros, nem republicanos nem laicos, aparecem após o 25 de Abril, aderindo à democracia política, sempre defendida pelo PCP, que já em 1965, a incluía como primeiro objetivo no seu programa de ação “para a revolução democrática e nacional”. -----

Não foram excluídos e até aqueles que, envolvidos nas ações criminosas de perseguição, tortura e morte, não foram condenados, pelo contrário, foram reintegrados por decreto de um dos governos de Cavaco, como cidadãos de pleno direito. -----

Procurámos valorizar, na nossa intervenção, a necessidade de se avançar na Segurança Social e na defesa do Poder Local, enquanto conquistas de Abril que interessa defender, manter e aprofundar, para o bem estar das populações. -----

No que toca à defesa do poder local já se entendeu a atitude seguidista das posições do Governo PS, por parte da maioria PS da Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. -----

Posição que não é consensual nesta Assembleia Municipal e que tem a nossa oposição fundamentada em posições e moções aqui apresentadas. -----

A outra questão que carece de mais informação e debate prende-se com a chamada ideia da bilhética integrada que pretende colocar o cidadão a pagar o que hoje é serviço público gratuito.

Discordamos que, à boleia do programa nacional de redução dos passes intermodais, se queira introduzir o pagamento dos ascensores e funiculares com a penalização de quem, não utilizando o carro, se movimenta a pé na cidade. -----

É colocar as pessoas a pagar pelo direito que têm à mobilidade. -----

É a introdução de portagens dentro da cidade. -----

O princípio é o mesmo. -----

É o princípio da direita social – democrata, do “utilizador – pagador”. -----

É o incentivo à utilização do veículo próprio e ao aumento das emissões de carbono na cidade.

Quanto aos passes intermodais defendemos a sua existência com a diferenciação dos seus valores a nível concelhio e a nível da CIM e inter CIMs abrangendo o eixo Guarda – Covilhã – Castelo Branco. -----

A nível concelhio um passe que integre os três operadores de transportes públicos concessionados (a Auto Transportes do Fundão, Covibus e Transdev) para a população residente no Concelho da Covilhã, de S. Jorge da Beira a Verdelhos. -----

Ao nível da CIMs, um passe que integre os transportes rodoviários e o ferroviário. -----

Disse -----

Os eleitos do PCP” -----

--- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha**, do Grupo Parlamentar do **Partido Social Democrata**, que fez uma intervenção sobre a **Sessão Solene da Assembleia Municipal Comemorativa do 45.º Aniversário do 25 de Abril e críticas à governação do Partido Socialista na Câmara Municipal da Covilhã** que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 02) -----

“Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmº Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmº Senhor Presidente da Câmara -----

Exmºs Senhores Vereadores -----

Exmºs Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

Exmºs(os) Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Preocupação no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Havia muita preocupação estampada no rosto dos que assistiam à Sessão Solene da Assembleia Municipal Comemorativa do 45º Aniversário do 25 de Abril. -----

Decorriam por aquela altura os discursos de um otimismo exacerbado do edil camarário. Um mundo irrealista sobre um município mergulhado em pleno conto de Alice no país das maravilhas. -----

Sucede que aquele era o nosso Município da Covilhã, e sabemos muito bem qual é a realidade. A realidade é a de um concelho que definha, debilitado por ausência de uma governação autárquica capaz de promover o desenvolvimento do concelho e o bem-estar das populações. -

Reações de incredibilidade surgiram na assistência quando no discurso houve regozijo, por o Município da Covilhã ser considerado um concelho que agora acompanha os seus pares, e onde o importante é reinar a passividade, como visão do futuro. Na realidade uma mensagem de Sobrevivência não é a melhor estratégia para o futuro de um Concelho, e só vem corroborar a estagnação, o inanimismo, a morte lenta que vem sendo sentida por todos os covilhanenses e habitantes deste concelho, e a que estão definitivamente votados com as atuais políticas e gestão municipal. Cooperação entre territórios e criação de sinergias, sim. Pautar o nosso desenvolvimento pelo desenvolvimento de outros concelhos, não. No interesse de todos os municípios e da própria região, cada câmara municipal tem de constituir-se como verdadeiro motor do próprio desenvolvimento, e não adormecer sobre estratégias comuns como se fossem a solução para os seus problemas. A Covilhã é hoje um município incapaz de acompanhar os esforços de desenvolvimento que outros concelhos do interior vão realizando, procurando sair deste contexto deprimido em que se encontra o Interior de Portugal. -----

A preocupação continuava na assistência, quando o futuro do concelho parecia assentar também, e principalmente, na recente transferência de competências do Estado para o município. Isso não é mais do que reconhecer que, no quadro atual, este edil camarário pouco mais conseguia fazer pelo futuro do concelho, e transfere as expectativas para estas novas competências como sendo a solução de desenvolvimento para os próximos anos, representando escassa visão e ambição ao serviço das populações do concelho. -----

No discurso afirma-se que a Câmara da Covilhã está disponível para exercer de imediato as competências que já aceitou. Mas efetivamente entre estar disponível e estar em condições de exercer as novas competências vai uma longa distância. Estas novas competências estão a ser transferidas sem definição clara, do que está verdadeiramente a ser oferecido, da dimensão executiva e dos recursos em causa inclusivamente humanos, e das vantagens e contrapartidas envolvidas. Cada competência aceite é mais um cheque em branco passado pela Câmara Municipal. -----

Acresce ainda a falta de responsabilidade deste edil camarário por não ter agendado atempadamente a discussão (obrigatória) na Assembleia Municipal dos diplomas relativos à transferência de competências nas áreas da Proteção e Saúde Animal e da Cultura. Em pleno mês de Abril em que se comemora a liberdade, esta Câmara socialista nega aos eleitos da Assembleia Municipal os direitos de se pronunciarem e exercerem a democracia como legítimos representantes dos cidadãos. Comete assim uma irregularidade, visto que os diplomas estipulam um prazo de 60 dias, após a entrada em vigor, para pronúncia do órgão deliberativo,

e condena irremediavelmente o município a aceitar já em 2019 por exemplo competências no âmbito do licenciamento das atividades pecuárias (NREAP) e do licenciamento agro-industrial, na qualidade de entidade coordenadora, envolvendo o Sistema da Indústria Responsável (SIR), que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema. -----

A complexidade e polémica das competências transferidas nos diversos diplomas não é idêntica, e nalguns casos vão implicar a afetação significativa de recursos. Coincidência ou não, são disso exemplo os diplomas acima referidos. -----

A Assembleia Municipal tem competências de apreciação e fiscalização e de funcionamento sobre várias matérias e entidades que integram o perímetro da administração local. O exercício destas competências pode e deve ser aproveitado de forma inteligente pela Câmara Municipal para melhorar o seu desempenho, a bem do concelho e da sua população. -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira**, do Grupo Parlamentar do **CDS – Partido Popular**, fez um **reparo sobre a data para a realização da presente Sessão Ordinária, felicitou a UBI pelo seu 33.º Aniversário e falou sobre os serviços mínimos aos motoristas de matérias perigosas para Lisboa e Porto, o Dia do Trabalhador, os sindicatos e o SNS**, intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 03) -----

“EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTES ELEMENTOS DA MESA  
EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

EX.MA SENHORA E SENHORES VEREADORES -----

EXMAS. SENHORAS E SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

EXMAS. SENHORAS E SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA E DE UNIÕES DE FREGUESIA -----

Representantes da Comunicação Social, Público Presente -----

Caros Concidãos -----

Tal como em 2018 somos chamados a reunir a 30 de abril, o último dia do prazo legal para nos pronunciarmos sobre as contas de gerência do exercício de 2018. Esta assembleia realiza-se assim, fora do que é a prática habitual, criando com isso constrangimentos a todos os que não têm na política ou na vida camararia a sua profissão, mas que assumiram compromissos com os que os elegeram com base em pressupostos que são constantemente alterados. Não podia começar a minha intervenção sem fazer este reparo. -----

Dia 30 de Abril é também o dia da Universidade da Beira Interior, aquela que o governo constantemente esquece a nível orçamental, ou aquela que cosmopolitas bacocos alheados da realidade tentam relegar para planos inferiores. -----

O quadro docente, alunos e funcionários da UBI teimam em demonstrar que o interior não é apenas paisagem, ombreado com os melhores, arrecadando prémios e distinções que demonstram a sua enorme capacidade, atraindo e captando gente, conhecimento e valor não só para o nosso concelho, mas para toda uma região. -----

Por isso em nome da bancada do CDS Partido Popular queria felicitar a Universidade da Beira Interior neste dia do seu trigésimo terceiro aniversário. -----

Já que se fala de interior queria recordar o triste episódio vivido antes da páscoa. O governo da nação esqueceu e votou à sua sorte não só todo o interior e os que por cá residem, mas todo um país, decretando serviços mínimos aos motoristas de matérias perigosas, única e exclusivamente para as áreas de Lisboa e Porto. -----

Esta situação demonstrou a importância e o peso político da Secretaria de Estado para a Valorização do Interior e de quem a tutela. Não passa de uma mera figura decorativa utilizada para responder ao enorme falhanço que foi a Unidade de Missão que a antecedeu e tapar o sol com a peneira em relação à total falta de políticas ou ideias para estas zonas geográficas ou as suas populações. -----

Podíamos falar de demissões, mas maior demissão que a que o senhor secretário de estado demonstrou para com as populações e o território que devia valorizar creio ser impossível de alcançar. -----

Não podemos deixar também de mencionar o comportamento dos deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco, a quem não se ouviu uma intervenção ou referência sobre o tema. Até outubro por cá estaremos para dar nota de todas estas omissões. -----

No dia de hoje não podia deixar de me juntar a todos aquele que amanhã celebram o dia do trabalhador. O direito ao trabalho é universal e o trabalho sem direitos é algo que devemos combater. O paradigma muda e muitas das profissões que os meus filhos ou os da sua geração iram exercer ainda não existem, os sindicatos soltos de amarras partidárias multiplicam-se, compete-nos compreender e dar respostas a estas e outras alterações que se produzem neste campo, e não desconsiderar ou atacar apenas porque não controlamos. -----

A recente greve de enfermeiros foi um caso claro disso, o ataque a sindicatos e ao fundo de greve criado, apenas porque se desconhecia, o levantar suspeitas do apoio de privados apenas com o intuito de enfraquecer o SNS, foi algo que revelou a falta de capacidade dos intervenientes habituais para lidar com a perda de importância nesta área. Considerar que uma classe profissional se colocou ao serviço de interesses de outrem com intuito de destruir o SNS foi demasiado mau, os verdadeiros ataques ao SNS são feitos por aqueles que não defendem os profissionais que o integram, por aqueles que votam orçamentos que desinvestem e cativam, mais que em tempos de intervenção da troika, ou por aqueles que limpam listas de espera. ----

João Vasco Caldeira -----

CDS-PARTIDO POPULAR” -----

--- Tomou a palavra o Senhor **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro**, pelo **Movimento De Novo Covilhã**, que, depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção desejando as **rápidas melhoras à Coordenadora Técnica que apoia a Assembleia Municipal D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola e à Deputada Municipal Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto.** -----

Seguidamente, **felicitou a UBI pelo seu 33.º Aniversário** dizendo que “a UBI é uma grande instituição, nascida da e por causa da Covilhã, do Concelho e da Região. Tem um papel importantíssimo. No dia do seu aniversário convém sempre realçar a importância da UBI, não só para a Covilhã, para o Concelho e para a própria região.” -----

Prosseguiu avaliando a **marcação da presente sessão**, dizendo que “é sempre complicado para quem não é profissional da política, que tem outros afazeres (há aqui pessoas que são liberais que têm compromissos) e não se estabelecendo um dia preciso para a realização das Assembleias é sempre muito complicado.” Assim, sugeriu que se acertasse “um dia sempre destinado à Assembleia”, facilitando a vida familiar e profissional dos membros municipais e para “a boa elaboração e condução destes trabalhos.” -----

De seguida, fez a seguinte intervenção que, a seguir, se transcreve: (Doc. 04) -----

“Passaram cerca de dois meses desde a data em que reuniu esta Assembleia. -----

Neste espaço de tempo nada de novo para a Covilhã, para o seu concelho, para o Interior. -----

Muitas palavras... algumas intenções... mas em termos práticos, não ocorreu qualquer medida, que trouxesse para a gente do Interior algo de novo. -----

Pelo contrário. -----

O Governo decidiu implementar uma nova política de passes para os transportes públicos... mas para Lisboa, Porto e Coimbra... no nosso caso, tal situação será posteriormente implementada em condições e termos que na presente data são desconhecidos... contudo, continuamos, de forma lamentável, a pagar portagens nas principais vias que acedem aqui à nossa cidade e concelho... -----

Por outro lado, com a denominada **“crise energética”** que varreu o país, no passado recente, uma vez mais o Governo só implementou medidas excecionais em **Lisboa e Porto**... o resto do país ficaria e ficou para mais tarde... parece que o país é Lisboa e Porto e o resto é paisagem... valeu a intervenção energética de alguns Presidentes de Câmaras Municipais, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara do Fundão que de forma pública e viva denunciou esta situação, pugnando medidas equivalentes para as restantes **regiões do país**, nomeadamente para o interior... -----

É necessário passar das palavras aos atos... -----

Não basta, de vez em quando falar-se do Interior e elencar promessas... -----

Não basta criar uma secretaria de Estado na capital de distrito, cujos resultados e atividade se desconhece... -----

Não basta vir ao interior anunciar e prometer obras... -----

É necessário passar aos atos... é necessário **implementar medidas que cheguem às pessoas e às empresas...** -----

É necessário **eliminar políticas de dois pesos e duas medidas...** e assim em vez de se nomear **3282 pessoas para gabinetes ministeriais e órgãos de administração pública, otimizar recursos e como tal eliminar portagens que muito têm lesado o Interior,** nomeadamente as suas pessoas e as empresas... -----

É necessário **em Lisboa e em Bruxelas fazer-se ouvir a nossa voz...** -----

Estou certo que nas grandes questões estamos todos de acordo... por isso, e despindo as camisolas partidárias, **é necessário UNIRMO-NOS e assim, de forma concertada reivindicar as medidas práticas para o Interior...** -----

Estamos de acordo consigo, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, quando no seu discurso no passado dia 25 de Abril, **fez um apelo à UNIÃO, para que todos, de todos e com todos, pela defesa do Interior.** -----

Da nossa parte, e porque sempre colocamos em primeiro os interesses do nosso concelho, hoje e tal como sucedeu no passado, estamos na primeira linha neste desafio. -----

Para o bem da Covilhã... do seu concelho... do Interior... e de Portugal. -----

Haja assim a **coragem de todos nós** para que seja possível a concretização de tal intenção. ----

O Presidente do Grupo Parlamentar “DE NOVO COVILHÃ” -----

--- O Líder do **Partido Socialista, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro**, após cumprimentar todos os presentes, destacou “a forma correta das **eleições** que decorreram, no fim de semana passado, em **Espanha** (momento de afirmação da Democracia).” Saudou “aquilo que foi o ato eleitoral”, realçando o aumento do número de votantes e “fazendo votos para que, nas próximas eleições em Portugal, quer nas europeias, quer nas legislativas, possamos seguir o exemplo e aumentar também a participação nessas eleições, esperando (a título particular) que a extrema direita não tenha em Portugal o espaço que, infelizmente, já tem hoje em Espanha.”

Em **termos nacionais**, destacou os **sucessos da governação**, tal como a descida da taxa do desemprego no 1.º trimestre de 2019. Acrescentou que “os Portugueses estão melhores do que há 4 anos e esse é o caminho correto”. -----

Em **termos locais**, apresentou um **Voto de Felicitações à UBI** pelo seu 33.º Aniversário, “destacando aquilo que é a sua relevância e importância, não só na Covilhã, mas também em toda a região.” -----

Enalteceu o **25 de Abril** e o **1.º de Maio**, “felicitando todos os Senhores Deputados que intervieram na Assembleia Municipal na Sessão Solene e os Senhores Presidentes pela correção, independentemente de concordarmos ou discordarmos nalguns aspetos da intervenção. Todos foram corretos na sua intervenção e, portanto, saudar a forma democrática e festiva como foi celebrado o 25 de Abril. Este ano, na Covilhã, tivemos um programa alargado que se estendeu ao longo do mês, onde foi possível conjugar a Cultura, as inaugurações de obras, a parte da celebração dos valores de Abril. Sobre o 1.º de Maio, fazer um Voto de Saudação àquilo que é a luta dos Trabalhadores”, transmitindo que o que se pretende é que seja a sociedade, o capital, a finança e os meios materiais a estarem ao serviço dos meios humanos, neste caso, dos Trabalhadores e não ao contrário. -----

Relativamente ao “sucesso do Executivo Municipal em termos financeiros, foram apresentadas, e vem hoje a esta Assembleia, o **relatório da gestão e contas de 2018**. Há de facto um sucesso e mérito deste Executivo Municipal naquilo que é o equilíbrio e o saneamento financeiro das finanças do Município, esperando que o Município ganhe outro tipo de capacidades operacionais e de investimento para que prossiga com aquilo que é o conjunto de obras e de intervenções que estão a influenciar na vida dos nossos concidadãos.” -----

Saudou o **Programa de Apoio à Redução Tarifária de Transportes Públicos**, dizendo que “é uma medida que vai no sentido correto. É uma medida que vai nas melhores políticas, das políticas mais modernas de governação dos países mais desenvolvidos, no sentido do respeito pelo meio ambiental, na promoção do transporte coletivo em detrimento do transporte individual, ... é uma medida altamente positiva e impactante no dia a dia das pessoas. Não me incomoda que esta medida tenha um impacto maior e imediato nos grandes centros porque é evidente, se esta medida se propõe reduzir o custo dos passes e dos bilhetes dos transportes públicos, que nos territórios de baixa densidade, como nós somos, têm menor oferta e por ter menor oferta, naturalmente, tem menos gente a utilizar os transportes públicos. Aquilo que é o desafio de todos nós, inclusivamente dos Senhores Deputados Municipais da Oposição, é criarmos um sistema e melhorarmos a componente de transportes públicos, a malha e a rede de abrangência dos transportes públicos nos nossos territórios para que, no futuro, possamos exigir mais apoio e para que as pessoas possam utilizar mais carreiras, autocarros, comboios e meios de transporte coletivos em detrimento do individual. Saudar o Município da Covilhã pelo trabalho que tem feito e pelas propostas que tem feito na CIMBSE. Aliás, sabemos hoje que há um trabalho conjunto entre o Município da Covilhã e com os seus vizinhos, nomeadamente Belmonte e Fundão, para se construir uma ciclovia que interliga estes três concelhos; sabemos que foi feita uma proposta para que estes três municípios trabalhem conjuntamente para criar uma linha regular de comboio, pelo menos entre estes três concelhos. -----

A Covilhã tem andado muito bem e tem dado o exemplo na abordagem deste sentido, não só pela estratégia dos transportes urbanos que está a montar (que a breve prazo virá a esta Assembleia), mas também o seu posicionamento em termos deste programa, em que se perspetiva nomeadamente uma ligação regular e periódica, útil para os cidadãos entre, pelo menos, estes três concelhos.” -----

Terminou informando que tinha apresentado na CIMBSE uma “**proposta para criação de um passe** que envolva os quinze concelhos, mas que, pelo menos, nos salvasse naquilo que é as ligações pendulares, nomeadamente entre Fundão, Covilhã e Belmonte. -----

Portanto, creio que o Município da Covilhã tem andado bem neste particular, felicita-lo por isso e felicitar também o Governo da República por esta medida que me parece que é de extrema importância no desenvolvimento estruturado da mobilidade em Portugal.” -----

### INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes membros municipais: -----

--- **Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** fez menção à **Inauguração de um memorial à liberdade em Peniche (Memorial aos Presos Políticos)** e, relativamente aos **presos políticos da Covilhã**, apresentou uma **sugestão** que, a seguir, se transcreve: (Doc. 05) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----  
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----  
 Senhores Vereadores, -----  
 Senhores Deputados Municipais, -----  
 Colegas Presidentes de Junta e União de Freguesias, -----  
 Comunicação Social, -----  
 Estimado Público, -----

**No passado dia 27 de Abril de 2019 foi inaugurado em Peniche um memorial à liberdade – o Memorial aos Presos Políticos.** -----

**Ali estão inscritos os nomes de 2510 presos políticos que entre 1934 e 1974 passaram pela Fortaleza.** -----

**Infelizmente houve Tortosendenses que viveram essa terrível experiência:** -----

- **Agostinho Lopes Mendes** -----
- **António Silva Frazão** -----
- **Apolinário Nunes Proença** -----
- **Manuel Quinteiro Gomes** -----
- **Mário Pina Evaristo** -----
- **Ramiro Almeida Santos** -----

**Só um deles está vivo, o Sr. Manuel Quinteiro Gomes.** -----

**Dos 2510 presos políticos, apenas cerca de 50 estão entre nós.** -----

E no concelho da Covilhã, há outros que na Fortaleza de Peniche passaram parte da sua vida. Porque esta é a casa da democracia, quer a Junta de Freguesia prestar a justa homenagem a todos os presos políticos que lutaram pela liberdade. -----

E sugerir à Câmara Municipal que também no nosso concelho fosse lembrado o nome dos que, sendo do nosso concelho, passaram por Peniche. -----

E se assim o entender, escolher o Tortosendo para esse memorial concelhio, porque o Tortosendo é e será sempre uma freguesia de Abril. -----

David Silva -----

Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo” -----

--- **Dr.ª Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP)** fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida, sobre o **Direito de Oposição, lembrando questões que tinham ficado por responder:** (Doc. 06) -----

“EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ -----

EXMOS. SENHORA E SENHORES VEREADORES -----

EXMOS. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

EXMOS. PÚBLICO -----

EXMOS. SENHORAS E SENHORES JORNALISTAS -----

Para esta Assembleia trago uma preocupação que com toda a certeza é comum a todos: o direito de informação. -----

Não será surpresa para ninguém que a informação que, não poucas vezes, aqui é requerida não tem observado qualquer resposta por parte do executivo. Muitas vezes o assunto é ignorado outras, muitas vezes, é minorizado e, ou, ridicularizado. Este é o tratamento que o executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, nos tem oferecido. -----

Talvez seja necessário recordar que Portugal é um dos poucos países do mundo onde o direito de oposição está consagrado na Constituição, acresce que existe uma lei exclusivamente dedicada ao assunto, a Lei n.º 24/98, de 26 de maio. Aliás, convém recordar que este direito Constitucional se deveu aos esforços do Professor Doutor Jorge Miranda e que foi o PS que propôs a atual redação constitucional que entrou em vigor após a revisão constitucional de 1989. A própria lei 24/98 totalmente dedicada a esta matéria surgiu, também ela, pelo mesmo partido e quando se colocava em foco a necessidade de uma modernização das Autarquias Locais. Assim, não será estranho a este executivo do PS a sua existência, nem os seus motivos, nem tampouco os esforços que o seu partido tomou para tornar este direito uma realidade. ---

Mas perante esta situação torna-se inexplicável o comportamento deste executivo. O silêncio é ruidoso. -----

Perdoar-me-ão a conclusão, mas o desprezo e descuido com que este executivo do Partido Socialista aplica a lei não é próprio de uma democracia, não é próprio de alguém que exerce uma função de representação... -----

E ainda há poucos dias comemorámos os 45 anos do 25 de abril... Esta situação não pode existir aqui, tenho a certeza que ninguém discordará disto. -----

Julgo não ser necessário recordar o senhor Presidente da Câmara das palavras que os seus discursos contêm; julgo não ser necessário recordar o senhor dr. Vítor Pereira daquilo que é obrigado a fazer, isto porque a lei assim o indica; julgo ser desnecessário explicar porque devem os titulares de cargos públicos observar o estrito cumprimento da lei e, sobretudo, observar um comportamento ético. -----

Resta-me voltar a questionar este executivo sobre as diversas situações que até não foram respondidas e esperar que desta vez o preceito democrático, legal e ético seja cumprido. -----

Em primeiro lugar e no que concerne às Instituições de Solidariedade Social, questionei e volto a questionar o Sr. Presidente: que apoios já deu e que apoios conta dar para ajudar estas instituições? -----

Numa época em que este executivo do Partido Socialista já se encontra quase a meio do seu segundo mandato, que apoios já deu? Quais as Instituições que já ajudaram? É que já todos conhecemos os apoios que foram dados às associações, centenas, milhares de euros, mas ninguém conhece, de forma transparente, que apoios foram dados às Instituições de Solidariedade Social. -----

Não podemos esquecer que este setor da economia desempenha, cada vez mais, um papel preponderante nas economias local e regional. Só na Covilhã existem centenas de empregos dependentes deste setor, existem centenas de famílias dependentes destas instituições. Qual o apoio desta câmara? Que perspetivas tem o executivo para o futuro. -----

Fico a aguardar a sua resposta Sr. Presidente. -----

Em segundo lugar, as questões sobre os animais errantes. -----

Como bem sabe e vou pedir escusa por não voltar a falar sobre os aspetos legais que esta questão comporta, aguardo as suas informações sobre aquilo que a Câmara já fez e o que está a pensar fazer. -----

Já foram realizadas campanhas de esterilização? Quantas já foram efetuadas e quais as programações futuras? -----

A plataforma informática para a adoção, já existe? -----

Qual a população atual do canil municipal? Quantos podem acolher? -----

Como está a gerir a situação, que a lei prevê, de não abate? -----

É que da última vez que o questionei sobre o assunto o senhor presidente declarou que a câmara estava a fazer tudo conforme a lei, mas até agora ainda nenhuma resposta em concreto deu. –

Em terceiro lugar, sobre os recursos humanos da Câmara Municipal e do seu universo empresarial. -----

Para quando a informação, que o senhor diz na comunicação social que é pública mas que ninguém conhece, acerca das contratações realizadas e que procedimentos cada uma destas contratações observou. -----

É que pode o senhor presidente avocar a proteção de dados para a sua não publicitação, mas nós somos os representantes eleitos pelo povo e não nos pode negar essa informação. Não basta uma lista com os nomes, como já sei que deu a alguns partidos da oposição, é necessário conhecer os procedimentos que desembocaram nestas contratações. É necessário conhecer o currículo dos contratados. Em suma, é necessário aferir a qualidade das contratações, se as mesmas estão de acordo com a ética e com o mérito que é exigível. -----

Não, não... não é para achincalhar o nome das pessoas. As pessoas contratadas são pagas com o dinheiro de todos, é normal, aliás deve ser plausível que as suas identificações sejam conhecidas. Não estamos a falar de empresas privadas, estamos a falar daquilo que é de todos nós, que é público. -----

Não, não... não é para encontrar qualquer endogamia nas contratações. Os factos falarão por si.

Não, não... não é para os dados produzir um discurso populista. Os dados servem para que a oposição, tal como a lei indica, possa conhecer a forma como o executivo conduz os destinos do concelho. À oposição também se requer essa sindicância. -----

Agora senhor Presidente a sua não informação só pode representar uma coisa: medo. Sim medo. Medo de que algo menos transparente seja conhecido. Mas se como o senhor indica tudo é transparente e de acordo com a lei, porquê a recusa? Porquê estar a esconder estas contratações? É que se não é isso, é o que parece. -----

Ainda neste âmbito, questionei o senhor presidente sobre as equipas criadas de turismo e para a proteção de dados. Nenhuma resposta obtive. Recorda-se? Até um deputado desta assembleia informou que desempenhava determinado cargo em regime pró bono. Não foi surpresa para nenhum dos presentes que este deputado viesse em defesa da sua bondade, já que o mesmo é alvo de várias contratações, bem acima do que costumamos observar, já agora, por parte do universo empresarial desta câmara. Mas informação do executivo, nada! -----

Afinal senhor presidente já nos pode revelar as constituições destas equipas e que méritos o senhor reconheceu nas pessoas que as integram? Qual o motivo por que estas pessoas não foram contratadas pelos processos ditos normais, leia-se concursos públicos? Por que motivo existem pessoas contratadas por empresas municipais que desempenham os seus cargos no edifício da câmara municipal? Que resultados nos pode apresentar sobre estas equipas? -----

Como vê senhor presidente há muitas reservas sobre os recursos humanos. E como o senhor criticou este aspeto no passado, agora veja... Como me costumam dizer os covilhanenses, passámos do 8 para o 80. -----

Finalmente, trago um novo assunto ao qual agradeço que o senhor presidente dedique a sua melhor atenção. -----

Não, não vou falar das avarias dos equipamentos urbanos, já todos estamos habituados e insistentemente denunciámos a situação. -----

Vou falar de uma coisa mais simples: a limpeza desta cidade. -----

Senhor Presidente, o senhor costuma andar a pé na nossa cidade? Julgo que sim, pelo menos já algumas vezes me cruzei consigo. -----

A limpeza desta cidade é uma vergonha. -----

O senhor visita as artérias principais, já não falo das outras, e é só lixo pelo chão. Se o senhor perguntar a algum dos comerciantes aqui do centro da cidade, todos lhe irão mostrar desagrado pelo serviço de limpeza que é efetuado. -----

Afinal o que é que se passa? -----

Uma cidade que aspira atrair turistas não pode ser desleixada nas coisas mais básicas. Uma cidade que pretende criar um élan de empreendedorismo não pode descurar estes pormenores.

Uma cidade que pretende oferecer uma boa qualidade de vida aos seus munícipes não pode ser gerida assim. -----

Tenho dito. -----

Tereza Fazendeiro -----

(Deputada Municipal eleita pelo Movimento DNCCP) -----

--- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** cumprimentou todos os presentes e iniciou dizendo que a “intervenção da Dr.ª Tereza Fazendeiro espalha muito das coisas que vim aqui dizendo ao longo das últimas assembleias municipais sobre o cumprimento da Lei, o Estatuto da Oposição e o direito à informação em matérias importantes para uma convivência democrática num município que se quer de todos e para todos.” -----

Sinteticamente enumerou algumas notas que, a seguir, se discriminam: -----

- 1.º “Elogiar a Mesa que seguiu algumas das recomendações que foram aqui dadas em plenários anteriores, nomeadamente relativamente à entrega das atas para votação. Falta só a da Sessão de fevereiro; -----
- 2.º Alertar, novamente, para sermos mais precisos na Ordem de Trabalhos sobre aquilo que é para deliberar ou não; -----

- 3.º Fazer um aviso porque, provavelmente, foi um lapso: no site do Município constam as convocatórias de quase todas as assembleias municipais, mas não consta, praticamente ou quase nenhuma, ata das reuniões da Assembleia Municipal deste mandato; -----
- 4.º Reiterar aquilo que os meus colegas já disseram antes que é um pouco deselegante a convocação de uma reunião da Assembleia Municipal para uma terça-feira às 9 da manhã; -----
- 5.º Saudar o Município pela disponibilidade que teve, ainda que 10 meses depois do requerimento apresentado pelo Partido Social Democrata, para ceder os acessos aos documentos constantes das Ordens de Trabalho das reuniões de Câmara Municipal; ----
- 6.º Perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia se já tem resposta a questão que fiz aqui na última Assembleia sobre quem enviou uma fotografia, tirada neste mesmo plenário, a um jornal local sem o conhecimento da Mesa da Assembleia.” -----

De seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que, “na última Assembleia, na qual não respondeu a uma série de perguntas que foram aqui estabelecidas, comprometeu-se trazer à Sessão de hoje as contas das empresas municipais e gostaria de perguntar se alguém aqui recebeu os relatórios de gestão das empresas municipais porque, nestas 559 páginas do Relatório e Contas do Município eu não consegui ter acesso aos relatórios de gestão das empresas municipais como foi comprometido aqui publicamente. -----

Gostaria também de voltar a alertar ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que acho que é de suma importância para todos aqui vermos esclarecida: um Vereador do Município, numa entrevista a uma rádio local, afirmou, quando questionado sobre o requerimento do Partido Social Democrata para cedência dos dados das contas das Empresas Municipais, e cito “o requerimento das Empresas Municipais até já foi respondido”. Portanto, das duas, uma: -----

- ou o Senhor Presidente da Assembleia recebeu as contas e não enviou aos Senhores Deputados Municipais porque eu não recebi; -----
- ou então o Vereador em causa mentiu. -----

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se realmente teve acesso às contas ou não. -----

Por fim, o que foi dito, em cerca de 15 segundos, foi que desde 2016 que não estão aprovados os relatórios de gerência da AdC por não ser possível reunir com o parceiro privado. Gostava de questionar a Assembleia Municipal como é que nós pudemos, desde 2016, aprovar contas consolidadas nesta Assembleia Municipal.” -----

--- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)**, depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou apresentando um **Voto de Saudação à UBI**, subscrito pelos membros municipais e que, a seguir, se dá por integralmente reproduzido: (Doc. 07) -----

**“VOTO DE SAUDAÇÃO** -----

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 30 de Abril de 2019 vem fazer um Voto de saudação à Universidade da Beira Interior pelo seu 33.º Aniversário. -----

Os Deputados Municipais” -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, o Voto de Saudação à Universidade da Beira Interior pelo seu 33.º Aniversário.** -----

De seguida, propôs um **Voto de Saudação ao 1.º de Maio**, subscrito pelos membros municipais que, a seguir, se dá por integralmente reproduzido: (Doc. 08) -----

**“VOTO DE SAUDAÇÃO** -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 30 de Abril de 2019, faz um Voto de Saudação ao 1.º de Maio, Dia dos Trabalhadores, dia de luta pelos direitos dos Trabalhadores, e apelando à participação dos Covilhanenses nas comemorações populares do Dia do Trabalhador. -----

Os Deputados Municipais” -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, o Voto de Saudação ao 1.º de maio – Dia do Trabalhador.** -----

--- **Prof. Bernardino Gata Silva (DNCCP)**, depois de cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

1. “Era Presidente da Câmara Vicente Borges Trenas, grande Presidente de Câmara. Foi criado o Grupo de Trabalho da Cova da Beira em que imprimiu alma, impulso e alor e, dentro das consequências do Plano de Trabalho da Cova da Beira, surgiu uma instituição de ensino superior; -----
2. Essa instituição de ensino superior, pelo Decreto-Lei 402/73, de 12 de agosto, foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã; -----
3. Pela Lei 44/79, de 11 de setembro, foi constituído o Instituto Universitário da Beira Interior; -----
4. A UBI foi constituída em 1986. -----

Referi o Dr.º Vicente Borges Trenas. Refiro um grande Covilhanense, um fazedor, um homem – o Dr.º Duarte Simões que a Covilhã nunca pode, nem deve esquecer. -----

Quero apenas dizer, sendo talvez o Deputado mais idoso desta Assembleia, que tenho alguma experiências, memórias, casos, circunstâncias e momentos que se passaram em tempos em que alguns dos senhores excelentíssimos e excelentíssimas Deputadas nem sequer existiam. Quero aqui lembrar que, em janeiro de 1979, eu e o Senhor Dr.º Duarte Simões fomos a Buenos Aires

ser recebidos pelo Senhor, de grande memória para mim, Francisco de Sá Carneiro e o seu *staff*, para que fosse o PSD a promover o Decreto-Lei 44/79, de 12 de setembro. -----

Viva a nossa Universidade!” -----

--- **Dr.ª Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)**, depois de cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção sobre a **Cidade da Covilhã e a sua marca**: -----

“Estou muito feliz porque a Assembleia foi marcada para de manhã: acho que é de manhã que se começa o dia. -----

Estamos hoje aqui, neste erário público, para discutir assuntos tão importantes como a situação financeira do Município e a atividade municipal. -----

E, olhando para trás, não tendo eu uma visão romântica (a visão dos antigos pensadores clássicos que o passado carrega uma áurea que o presente já não transparece), eu diria que, para mim e para a minha geração (não só para a minha geração, mas para as gerações futuras), a Covilhã é hoje uma cidade melhor: uma cidade melhor para viver; uma cidade melhor para trabalhar; uma cidade melhor para viver e para visitar. E não é só porque recebeu uma menção honrosa (acho que não precisamos e ninguém precisa de estudos para constatar estes factos). -

Eu sou da Covilhã: cresci e estudei na UBI, que está hoje de parabéns, onde eu me formei, que me deu as bases para eu, depois, dar o “salto” e também estudei fora do País e vivi (não tanto como o Prof. Bernardino Gata!) vários momentos na cidade da Covilhã. -----

Basta recuar 10 anos para ver a diferença. Não estou a criticar o que se fez no passado! Estou apenas a constatar um facto que vivi desde que atingi a maioridade e que passei a ter idade para poder votar, desde há 16 anos para cá. Apenas constato que a Covilhã é hoje uma cidade mais desenvolvida. A Covilhã é hoje uma cidade conhecida pela sua marca e não apenas pela porta de entrada para a Serra da Estrela. -----

Hoje os jovens da Covilhã envolvem-se na vida municipal. São eles os promotores. São eles que tomam a iniciativa. São pró-ativos. Não querem abandonar a sua cidade natal em busca de um local mais arrojado para viver porque aqui encontram tudo o que precisam para viver, para se instalar e é também aqui que estão a nascer novas indústrias criativas. -----

Porque acho que é importante, a Covilhã, e tenho orgulho em afirmar isto onde quer que eu vá, é uma cidade para jovens e isto, há uns anos atrás, não se dizia. Não me lembro de os jovens da minha idade dizerem isso e eu não o dizia. -----

Porque esta é a minha área de formação académica, gostava aqui de salientar que a Covilhã é hoje um destino turístico de referência, sobretudo no centro de Portugal e no centro do Interior, e isto deve-se muito ao facto de termos criado uma verdadeira marca que nos distingue e que nos define. -----

Covilhã Município a Tecer o Futuro não é apenas um mero *slogan*, nem a imagem dos fios do tecido também não é uma mera imagem. -----

Para quem dizia que o Município não tinha estratégia, tem resultados que contradizem qualquer crítica negativa. Tem emprego a crescer; tem investidores a quererem investir mais na Covilhã; tem empresários a aumentarem os seus negócios e as suas empresas. Isto são factos e todos nós os conhecemos porque vivemos cá e basta sairmos à rua e vemos que a Covilhã está em obras e a ser reabilitada. -----

Em volta desta marca associaram-se os vários agentes do concelho. Das freguesias, criaram-se novos produtos; relançaram-se outros; destacaram-se produtores de produtos endógenos e, estes, destacou-se também a gastronomia. E é bom ver que todas estas pessoas se sentem identificadas com esta marca; que é isto que as leva a produzir. É a marca que ajuda a promover os seus produtos e é por isso que vendem mais. -----

Por outro lado, vendem-se estes produtos e vende-se também a marca da Covilhã. -----

Tudo isto se torna um ciclo e é a verdadeira bola de neve que faz com que mais pessoas venham à Covilhã, para visitar a Covilhã e, depois, até dão um “saltinho” para ver a neve na Serra. -----

A par desta marca que traz pessoas à Covilhã e que mantem os nossos jovens, o nosso Município tem hoje em dia uma programação cultural transversal e muito diversificada feita para os vários públicos e, por isso, gostava de parabenizar o Senhor Presidente da Câmara e toda a equipa, na pessoa da Senhora Vereadora da Cultura, que tem hoje uma programação cultural diversificada para os vários públicos e que também faz com que a Covilhã seja mais procurada e seja também uma cidade para jovens. Não me levam a mal quando eu falo só nos jovens. Não é só para os jovens. É para todos. Mas, hoje podemos dizer que a Covilhã é uma cidade jovem e para os jovens. -----

Para terminar, gostaria de dar destaque a uma outra coisa que é também me é muito prezada: nos vários livros que li, sempre andei a procura de um modelo: democracia ideal. Esse modelo não existe. Todos o sabemos. Mas se há um que é bom, que é o da democracia deliberativa e participativa, também isso este Executivo tem dado um passo à frente. A organização de vários *fóruns*, a preocupação em discutir sempre os assuntos com as pessoas, acho que isso é de valorizar. -----

Outra coisa que eu gostaria de salientar é o saneamento das contas para felicidade de todos nós e das gerações futuras. Isto também afirma e reafirma o 25 de Abril.” -----

--- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, depois de cumprimentar os presentes, falou sobre a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Unhais da Serra**, a **diretiva operacional n.º 2 de 2019** e a **Proteção Civil**, intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 09) -----

“Saudações -----

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Unhais da Serra foi criada em 10/12/1982. Comemora no próximo dia 10 de Dezembro 37 anos de existência. -----

Sem qualquer apoio oficial, digno desse nome, vive de donativos e de poucas receitas que consegue gerar. -----

Com 16 homens voluntários e duas viaturas de combate são a equipa de primeira intervenção quando algum incêndio acontece na área de Unhais da Serra. -----

Dado que uma dessas viaturas se encontra inoperacional como resultado de uma avaria mecânica registada no grande incêndio que ocorreu em 10 de Agosto de 2017, em Unhais da Serra, formula a 1.ª questão: -----

*Se até ao final desta sessão, como fez relativamente aos rails da passagem de nível do Tortosendo, vai anunciar, nos termos do n.º 6, do artigo 3, do decreto-lei 103/2018, de 29 de Novembro, a autorização para que se proceda à reparação da viatura imobilizada, bem como à indispensável inspeção? -----*

Por outro lado, existe o conhecimento que em Le Longeron decorre uma subscrição pública para aquisição de um carro para todo o terreno, de combate a incêndios, destinado a Unhais da Serra.

Assim formulo a 2.ª questão: -----

*Se a oferta da viatura se vier a concretizar, está a câmara que o senhor preside disponível, para, nos termos do n.º 1, do artigo 2, do decreto-lei 103/2018, de 29 de Novembro dar o seu apoio à Associação? -----*

Senhor Presidente -----

Falando ainda desta Associação e de um caso concreto. -----

No grande incêndio registado a 10 de Agosto de 2017 em Unhais da Serra o senhor Presidente prometeu que iria equipar melhor a Associação em apreço, nomeadamente com o fornecimento de fatos de combate a incêndios. Para quando a entrega desse material? -----

Também relacionado com a proteção civil mas noutra patamar deixo a interrogação: -----

O senhor presidente foi ouvido para a elaboração da diretiva operacional n.º 2 de 2019? -----

É que consta nesse documento que compete às câmaras municipais, entre outras obrigações, resultantes do acordo com a Associação Nacional de Emergência e Proteção Civil, disponibilizar recursos humanos e materiais para a efetiva montagem do dispositivo de combate. -----

Também ao nível do Plano Municipal e através da comissão municipal de defesa da floresta tem, entre outras responsabilidades, de coordenar a nível local as ações de defesa contra incêndios e de promover a criação de grupos de auto defesa em agregados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, dotando-os de meios de intervenção, salvaguardado a sua formação para que possam atuar em segurança. -----

Não pretendo fazer uma análise exaustiva desta Diretiva Operacional Nacional para 2019, mas,

ainda assim, permita-me a seguinte nota: -----

Fui Presidente de uma Junta de Freguesia e sei que neste documento estas entidades têm várias responsabilidades. Logo subjaz a questão: -----

- Quem assume as responsabilidades financeiras que advêm dessas competências? -----
- O senhor Presidente da Câmara pode garantir-nos que estão criadas todas as condições para implementação no terreno de todas as competências que aceitou? -----
- O senhor Presidente pode informar esta assembleia do orçamento previsto para o corrente ano ao nível da proteção civil, nomeadamente para implementação destas responsabilidades? -----
- O senhor Presidente pode informar esta assembleia do montante previsto para a aquisição do equipamento de proteção individual para todos os intervenientes, não esquecendo os corpos de bombeiros uma vez que esta é, também, uma competência aceite? -----

Da Proteção Civil emergem responsabilidades enormes. Tomemos como exemplo o caso de Pedrogão e entre nós o do Peso: quantas vítimas? Quantos arguidos? -----

Todos somos agentes da Proteção Civil. É importante que atempadamente façamos uma adequada reflexão, se definam e implementem as melhores estratégias de prevenção para todo o concelho, abrangendo o maior número de freguesias e não só para esta ou aquela onde a cor política que governa a Câmara está, agora, mais cintilante. -----

Para terminar dizer-vos que, ontem, foi notícia de capa de um semanário o facto da NASA se preparar para, através de um simulacro, responder à questão: e se um Asteroide atingir a Terra.

E entre nós: quando é que a Câmara promove um simulacro que responda à questão: E se houver uma fuga de material radioativo em Almaraz? -----

Disse.” -----

Para terminar a sua intervenção, enalteceu e sublinhou o “facto da Câmara Municipal da Covilhã estar a levar uma iniciativa em todo o Concelho com o objetivo de legalizar o maior número de casas de primeira habitação.” -----

--- **Dr.ª Ana Cristina da Silva de Azevedo Moreira (CDS-PP)**, depois de cumprimentar os presentes, falou sobre a **transferência de competências na área da Educação**. -----

“Todos temos conhecimento da transferência de competências operada para os municípios nas áreas da Saúde e da Educação. -----

Todavia, estamos a pouco mais de 5 meses do novo ano escolar e ainda ninguém sabe o que vai acontecer. -----

A comunidade escolar tem-se mostrado tensa no que respeita a este assunto, sendo certo que já fomos abordados por trabalhadores de várias escolas, que não sabem o que vai acontecer no

futuro e que, após terem reunido com os sindicatos, continuam sem respostas. -----

Face ao exposto, o que é que a Câmara, hoje, pode transmitir a toda a comunidade escolar (trabalhadores, alunos e diretores) por forma a tranquilizar as pessoas, uma vez que estamos já no final do ano letivo e o futuro parece incerto. -----

Por outro lado, e no que respeita aos recursos financeiros para o ano letivo de 2019/2020 que deverão ser transferidos para os municípios que prestam estas competências, os questionar: --

Já existe alguma proposta de montante a transferir para o Município da Covilhã a este título? –

Se sim, qual e qual é a posição da Câmara. -----

São estas as perguntas que carecem de respostas para que todos possamos estar tranquilos e seguros de que o tema da transferência de competências está a ser tratado sem colocar em causa a qualidade do ensino.” -----

--- **Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada)**, após saudar os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao **novo pedido de prospeção mineira no concelho da Covilhã**, qual era a posição da Câmara Municipal sobre essa nova prospeção e pesquisa mineira. Questionou: “qual o valor económico que a região vai ganhar com essa nova prospeção e a exploração será em que moldes? Será em moldes experimental para aliviar o estudo do impacte ambiental?” -----

--- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** iniciou apresentando um **Voto de Pesar** que a seguir se transcreve: -----

“No passado dia 21 faleceu João Paulo Seco, filho de António Rodrigues Seco, Presidente do Conselho de Zona das Conferências de S. Vicente Paulo da Covilhã, e genro do Eng.º António Correia Saraiva, responsável pelas obras sociais da mesma Conferência. -----

Visto que o Senhor António Seco e o Senhor Correia Saraiva são pessoas dignas do nosso respeito pelo seu trabalho na área social do Concelho da Covilhã, apresentamos a proposta de Voto de Pesar.” -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar a endereçar a família do Senhor João Paulo Figueiredo Rodrigues Seco.** -----

--- **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** apresentou uma **recomendação relativa à limpeza das ribeiras da Goldra e da Carpinteira**, recomendação que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 10) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e respetivos membros da mesa  
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----  
 Exmos. Senhores Vereadores -----  
 Exmos. Deputados Municipais -----  
 Meus Senhores e minhas Senhoras -----

Em anterior intervenção chamei a atenção **para a necessidade da limpeza das ribeiras da Goldra e da Carpinteira** que atravessam a nossa cidade. -----

Contudo e tendo decorrido mais de 12 meses não verificamos que tenha ocorrido qualquer trabalho de limpeza... pelo contrário é gritante e desolador o aspeto existente junto aos leitos das referidas ribeiras... cheias de vegetação... cobras... insetos... resíduos que levianamente são despejados por algumas pessoas... dando uma péssima imagem da cidade! -----

Também aqui **é necessário passar das palavras aos atos.** -----

A responsabilidade pela realização de tais atividades estará a cargo da “ICOVI”, **empresa municipal.** -----

Desta forma, recomendamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã bem como aos responsáveis autárquicos com responsabilidades na “ICOVI”, para que, com a maior urgência possível, promovam os trabalhos necessários que **permitam a limpeza das ribeiras da “Carpinteira” e da “Goldra” junto ao seu leito, evitando assim que subsista o atual aspeto com consequências para a saúde pública,** e proporcionando uma imagem de limpeza e salubridade da cidade, que se pretenda e deseje. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “DE NOVO COVILHÃ” -----

Não havendo mais inscrições, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da Ordem do Dia. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. –

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**, depois de cumprimentar os presentes, questionou o Senhor Presidente da Câmara “sobre o **arranjo da E.M. 513, entre Coutada – Vales do Rio – Peso e Barco.**” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**, relativamente à deliberação tomada relativamente às **rendas habitacionais**, questionou “como estão a ser tratados os casos de dívida, por parte dos arrendatários, desde essa data. -----

Somos informados da aprovação da alteração do Regulamento do Arrendamento das Casas da extinta Nova Covilhã que refere a prestação de uma **caução de 500 euros** por parte do arrendatário. Tratando-se de habitação social achamos exagerado a prestação desta caução. –

Em relação ao **Regulamento dos Museus**, há discriminação positiva para idosos, estudantes, crianças e a parte que fica de fora são os jovens. -----

Em relação ao trabalho do **Provedor do Município**, não temos conhecimento de nenhuma das atividades realizadas. -----

Questionar também a situação referente à **falta de iluminação no Parque da Goldra e no Parque de Merendas** junto ao Parque Florestal.” -----

- **Prof.º Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** iniciou dizendo: “a leitura da informação escrita suscitou-me as seguintes questões: -----

- Quanto aos protocolos/contratos com as associações e coletividades, valorizamos o trabalho do movimento associativo e defendemos o seu apoio na base de um regulamento claro, transparente, criterioso e objetivo. Portanto, a experiência nos indicará se o atual dá resposta. Parece-me interessante a ideia da criação de um **Centro de Formação de Natação** com protocolo assinado pela Câmara, a UBI e o Pentaclube. Esta iniciativa foi da Câmara Municipal ou a proposta partiu de uma das outras entidades que eu referi? -----
- Contudo, para quando um **plano estratégico do desenvolvimento desportivo e cultural** da Câmara Municipal, com dotação de verba e de um orçamento e uma estrutura municipal para a sua implementação, com a colaboração das coletividades e escolas, de acordo com as suas especificidades? -----

O **Centro de Formação de Natação** é uma estrutura importante num plano de desenvolvimento concelhio que dará que incluir outros espaços e ser abrangente na perspetiva da equidade concelhia. Equidade concelhia também para planos de desenvolvimento para o teatro, a dança, a música, o voleibol, o andebol, o futebol, etc. Não vamos confundir planos de desenvolvimento com agenda cultural ou desportiva; ou confundir planos de desenvolvimento com iniciativas pontuais onde se congrega o que fazem as coletividades ou as escolas. -----

- Mesmo não cumprindo o caderno de encargos da requalificação do **Pavilhão Municipal do Paul**, quando pensa concluir a intervenção, nomeadamente colocar em funcionamento as caldeiras da água quente, requalificar as canalizações em WC's, colocar rede adequada nos topos, efetuar a limpeza geral, possibilitando a utilização plena do mesmo? -----
- Quanto à **habitação social e parque habitacional do Município**, como está o processo de regularização das rendas face à nova legislação? Que ação tem desenvolvido a Câmara para fazer face às necessidades de conservação das habitações sociais? A Câmara tem a intenção de substituir as coberturas em fibrocimento de prédios de habitação social no Bairro da Biquinha? O Projeto de Regulamento de Gestão e Utilização das Partes Comuns dos prédios do parque habitacional da Câmara reafirmamos que as partes comuns, em qualquer contrato de arrendamento, é da responsabilidade do proprietário/arrendatário. -----
- Quanto à **rede viária**, existe algum plano de requalificação das vias municipais? Em que fase se encontra? Para quando a requalificação da E. M. Ourondinho – Paul – Ourondo – Casegas e Pedras Lavradas? E o troço em Vales do Rio – Peso, porque não se faz? -----
- O Senhor Presidente já passou no troço de Pedras Lavradas – Sobral de S. Miguel com nevoeiro? Não acha necessária a sinalização horizontal e vertical? E os rails de proteção não serão necessários para uma melhor segurança? -----
- Já passou à noite, com nevoeiro, no troço da E. M. cruzamento Casegas – Lomba da Cevada? Não acha necessário a sinalização horizontal e vertical? E os rails de proteção não serão necessários para uma melhor segurança? -----
- Sublinho, por último, a necessidade da **limpeza de valetas e cortes dos pinheiros ardidos** nos taludes da estrada Barco – Alto do Telhado (limite com o Fundão). É que os pinheiros estão a cair na via! -----
- **Limpeza das cumeadas**: tivemos a notícia do convite para a visita do Senhor Secretário de Estado para visita à limpeza das cumeadas de Tortosendo – Cortes do Meio e Cortes do Meio – Unhais da Serra. Para quando as restantes? Ou ficam para candidatura posterior, à semelhança dos trabalhos de sustentação dos solos do incêndio que lavrou na Erada, pelo Barco e Coutada em setembro de 2017? -----
- Salientar, pela positiva, a aprovação da **aquisição do material didático e pedagógico** para os Jardins de Infância, nomeadamente para a componente de apoio à família, e para as Escolas do 1.º Ciclo. Porém, é muito tarde para o ano 2018/2019! Vamos esperar que, para o ano 2019/2020, o material seja adquirido em tempo útil, ou seja, no início do ano letivo. -----
- Por último, uma sugestão: que a Câmara Municipal estude a retirada do **quiosque** existente há décadas e que está encostado ao edifício do Tribunal. Não é uma imagem mais adequada no sentido da valorização do espaço público e daquele edifício

emblemático. Em frente existe espaço para a sua colocação, eventualmente, noutra configuração, mas penso que o próprio edifício do Tribunal sairia mais valorizado com essa alteração.” -----

- **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, dirigindo-se a todos os presentes, fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 11) -----

“Está em apreciação nesta Assembleia Municipal a informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã acerca da atividade e situação financeira do Município. -----

Atento ao indicado, uma vez mais reiteramos que o atual Município não tem uma estratégia delineada que permita construir o presente, perspetivando o futuro. -----

Continuamos assim sem saber quais os projetos de investimento promovidos **pelo executivo municipal bem como as diligências por ele realizadas no sentido de captar no país e no exterior investimento para a cidade e para o concelho.** -----

Verificamos que no cumprimento de obrigações estatutárias é transferido para o Parkurbis uma verba importante. Contudo, continuamos sem saber o que tem feito nos últimos anos o Parkurbis? Projetos? Estratégia delineada? Objetivos? Nada sabemos. -----

Verificamos também que outra questão já mereceu desta Assembleia, inclusive, a aprovação de um voto, e que está relacionada com as obras da Escola Pêro da Covilhã continuam por fazer e ou executar, com as graves consequências daí decorrentes, nomeadamente **para a saúde dos profissionais que aí prestam a sua atividade e para os alunos.** -----

Então que se passa com tal obra? -----

Por outro lado, e diga-se, com enorme lamento da nossa parte, continuamos sem saber como está a obra da Barragem da Covilhã. Em que fase é que se encontra? O que foi feito nos últimos tempos? A construção da Barragem é ou não uma prioridade para este executivo? -----

Um estudo realizado pela **ONU veio chamar a atenção que uma das riquezas do futuro é a água**, pelo que, compete aos Estados ter a capacidade de captar e armazenar água, tendo em vista o futuro. Será que o atual Município não está a pensar no futuro? -----

Diga-se também que as estradas do nosso concelho, continuam a necessitar de obras de reparação e ou execução... -----

Veja-se o caso da Estrada Municipal 512 **que desde os finais de Maio do ano passado no sítio do anexo S. Jorge em Cambões, na distância de 1 Km, as bermas estão tapadas pela rama dos pinheiros.** -----

Ou a **Estrada S. Jorge – Pereiro** em que a massa asfáltica apresenta vários buracos na distância de 11 Km... -----

Ou a **Estrada Paúl – Erada**, que tem o piso irregular e em péssimo estado. -----

Ou o **eixo Vales do Rio – Peso cujo a estrada está a necessitar de ser reparada**. -----

Não quero acreditar que tal obra se deva ao facto do Senhor Presidente da União de Freguesias Peso e Vales do Rio ser do nosso movimento... o que está proposto fazer? -----

Por outro lado, as obras nos Bairros Sociais continuam por efetuar e os edifícios a degradar. O que foi feito? O que está previsto fazer? -----

Por fim, e como defendemos que a atividade municipal deve ser pensada e delineada a tempo e horas, perguntamos como está a ser programada a Feira de S. Tiago? Já chamámos a atenção para a necessidade da Feira de S. Tiago dever ser repensada e estruturada, de forma a evitar o que sucedeu nos anos anteriores... -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “DE NOVO COVILHÃ” -----

- **Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** iniciou dizendo ter dois assuntos para apresentar, sendo que um se prendia com a aprovação, por parte da Câmara Municipal, do **Regulamento das Partes Comuns da Habitação Social**. “Existem pedidos desde 2015 e 2016 para arranjo de portas na habitação social na rua da Cerzideiras, por exemplo no lote 3. É um prédio onde quem lá mora trata bem do seu prédio e precisa do arranjo daquela porta. O que eu pergunto: não há um serralheiro, um carpinteiro que possa ir arranjar aquela porta? Porque é que se invoca já o regulamento das partes comuns do edifício para dizer que são os inquilinos que têm de tratar daquilo? Não, não é. É a Câmara Municipal. É uma coisa que custa pouco. ---

É como a questão da iluminação pública no concelho: não significa que não se ponha um assunto, que a gente já comunicou à Câmara Municipal, de 225 euros para resolver uma luminária de iluminação pública num local concreto e que resolve um problema a 3 ou 4 pessoas.

Temos de arranjar uma estratégia, também juntamente com as Juntas de Freguesia, de localizar estes problemas e resolvê-los. -----

Relativamente ao Regulamento das Partes Comuns, ele foi aprovado na Câmara Municipal. Quando ele veio aqui e por nossa insistência, o Senhor Presidente da Câmara percebeu isso e retirou o documento da Ordem de Trabalhos na altura para ele ser melhorado e retificado. Continua nos mesmos moldes e nós estamos disponíveis para sentar, conversar, melhorar o regulamento e fazer uma proposta para aqui vir. Ele não cumpre aquilo que é a Lei dos Condomínios, com aquilo que é o Código Civil Português e aquilo que são as disposições regulamentares gerais sobre a questão da habitação e que era importante salvaguardar, ainda que, algumas das coisas desse regulamento possam ser aproveitadas para a gestão social da habitação social (o representante do prédio, as sessões com os moradores, ...).” -----

Seguidamente, ilustrou através de fotografia um **acidente ocorrido no Eixo TCT** no cruzamento da Boidobra. -----



Disse ter colocado, várias vezes, o assunto à Assembleia Municipal. “É preciso estudar uma solução. Soluções de redução de velocidade para os 50 km/hora, de semáforos, etc., não resolvem aquilo que é o problema central da mobilidade no eixo TCT, nomeadamente naquela rotunda que é a porta de entrada na Cidade e na freguesia da Boidobra. -----

A gente verifica que, aos fins de semana, quando estão intermitentes (semáforos), o trânsito circula muito mais facilmente do que quando estão ligados. -----

É preciso resolver o assunto, começando a estudar como se pode fazer o alargamento daquele cruzamento ou com uma rotunda ou com amplo cruzamento, sob pena de acontecer alguma desgraça.” -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que “o nosso Regimento impõe-nos que este ponto começa com uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e finaliza com uma intervenção do Senhor Presidente. O Senhor Presidente justificou-nos, na última Assembleia, que seria redundante aqui falar nisso outra vez, que a informação já está escrita e que, portanto, todos a podíamos ler. Relembrar que, por força do Regimento, o Senhor Presidente tem 10 minutos no final para falar. -----

Sobre o documento que aqui está em análise, continua a não prestar as devidas informações financeiras, nomeadamente a alínea *b*) do n.º 3.1 do artigo 21.º do Regimento que diz que da informação escrita deve constar a atividade da Câmara nas **empresas municipais** e os seus resultados consequentes de natureza económico-financeira. Não consta, nem constou quando não conseguiram aprovar as contas da AdC. -----

Sobre a **habitação social**, aqui referido anteriormente, lembrar que, dos 771 fogos de habitação social no Concelho, não consta do relatório e contas, hoje em análise, nenhuma intervenção. Aliás, no relatório e contas foi apagada a rubrica sobre a habitação social que estava no relatório e contas do ano anterior, que também não mencionava nenhuma intervenção nos fogos de habitação social. Lembrar que já aqui alertamos anteriormente que a Câmara não cobrou, no ano passado, 70 % das rendas da habitação social. Este ano conseguiu cobrar um bocadinho mais, mas ainda um número muito aquém que, naturalmente, tem implicações para os cofres do Município. Já aqui apresentámos uma proposta que pode ser uma boa solução que é tentar transformar estes contratos em contratos de propriedade resolúvel para que as pessoas que habitam nessas habitações possam vir a tornar-se efetivamente os proprietários. -----

Em segundo lugar, foi divulgado recentemente, pelo jornal *O Público*, a lista dos municípios que não cumprem a Lei ao não terem um **Plano Municipal de Juventude** aprovado e, por isso, esperava que nesta informação escrita já viesse aqui a aprovação deste plano obrigatório por Lei e gostaria de questionar a Câmara Municipal se pretende fazê-lo em breve.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, por ser uma notícia recente na Comunicação Social regional, disse, relativamente a uma **decisão judicial** no “diferendo que opõe a RUDE ao Município da Covilhã e que implica a instalação do Tribunal do Trabalho”, achar “interessante o Senhor Presidente prestar, a esta Assembleia, informações a esse respeito porque é um assunto que nos preocupa, sobretudo pela questão do Tribunal do Trabalho que é um equipamento e uma infraestrutura do Estado Central na nossa cidade que é muito relevante.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou respondendo à questão relativa à “Lei da descentralização, no que diz respeito à **proteção, saúde animal e segurança dos alimentos**”, dizendo que “na prática, já temos essa incumbência na ordem dos 80%. Pagamos já 60% do vencimento do veterinário municipal e o que temos a fazer é, com prudência, tempo e cuidado, programarmos a aceitação do que lá vem do restante das competências que, neste momento, estão com a Direção Geral de Veterinária. Foi uma boa medida deixar de despartilhar os veterinários com a Direção Geral de Veterinária porque, na verdade, não havia bem uma definição de quem é que era a entidade patronal. O fundamental é que, na prática, funcionem as competências que nos são delegadas. Convocar uma Assembleia Municipal... podia tê-lo sido feito a pedido de qualquer força política da Oposição, nos termos regimentais. O que estamos a fazer é, programaticamente e de forma responsável, conjuntamente com os municípios de Belmonte e do Fundão, porventura com a inclusão de um outro município, trabalharmos muito bem nessa matéria de forma muito articulada para que sejamos muito eficazes na ação. -----

Hoje é dia de **aniversário da nossa Universidade**, acompanhar todas as saudações que aqui já foram feitas; saudar todos quantos estiveram associados à génese do ensino universitário na

Covilhã, inicialmente politécnico e agora na veste de universidade, e associar-me orgulhosamente à existência de uma universidade com esta força e pujança e, ao mesmo tempo, também acompanho os lamentos, relativamente a este Governo ou a qualquer outro, no que diz respeito à ausência de um financiamento justo, adequado e proporcional à ação da nossa querida Universidade.” -----

No que dizia respeito aos **transportes e passe único**, referiu ser uma preocupação transversal e lembrou que, no ano passado, quando se tinha falado no passe único, que era inicialmente para a área metropolitana de Lisboa, “fiz eco (difundido pelas televisões, Agência Lusa e jornais) e fui um dos quatro autarcas a nível nacional que protestaram pelo facto de aquela medida ser só tomada apenas para a área metropolitana de Lisboa, dizendo uma coisa que mantenho (não obstante ter sido melhorada por parte do Governo e vir abranger esta intermodalidade relativamente às Comunidades Intermunicipais): aquilo que se passa na área metropolitana é o que se passa a nível concelhio, designadamente em cidades ou concelhos como é o caso da Covilhã que tem uma concessão pública, temos situação que é idêntica e que tem paralelo no interior àquilo que acontece no litoral.” -----

Relativamente aos **apoios às IPSS's**, mencionou alguns tais como: 100 mil euros ao Centro Social de Vales do Rio “para a valência de lar que não tinham até aí”; 130 mil euros para o Lar de Peraboa; apoio ao Lar de S. Simão no Barco. “São aqueles que, neste momento, me vêm à memória. Outros virão e a minha vontade é que eles sejam alargados a todas as IPSS's com a mesma boa vontade e com a mesma obrigação porque é uma obrigação de quem governa apoiar todos, de forma equitativa e justa, e ir ao encontro das necessidades das instituições e dos nossos concidadãos.” -----

Quanto à questão das **contratações**, respondeu que o assunto estava mais que esclarecido. “Os Senhores Vereadores tiveram a respetiva resposta; os Senhores Deputados Municipais receberam a informação com a lista de todas as pessoas que foram contratadas, no âmbito do grupo Assembleia Municipal. Não sei o que pretendem a não ser lançar algum nevoeiro sobre esta matéria que se afigura muito clara.” -----

Sobre a temática das **Contas**, informou que “as contas consideram-se aprovadas. No *site* da AdC estão os documentos previsionais de gestão e os relatórios de gestão e contas até 2016. Os relatórios de 2017 e 2018 estão aprovados pelo Conselho de Administração e auditados pelo Revisor Oficial de Contas. Só não são publicados porque ainda não foram aprovados na Assembleia de Acionistas. No entanto, já estão no Tribunal de Contas. Claro que, desejavelmente, assim que seja possível, devem estar publicitadas no respetivo *site*, mas isso não significa que as contas não sejam transparentes, claras e em conformidade com a Lei.” -----

Falou ainda sobre o apoio à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Unhais da Serra** dizendo “merecer o nosso carinho, apoio e atenção. Têm muita precariedade no que diz respeito quer a equipamentos, quer à sustentabilidade da própria associação, só que ela tem que ser enquadrada no âmbito concelhio e à associação existente (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã). Acho que devem estar articuladas. Já falei várias vezes sobre

esse assunto e estou convencido que, a seu tempo, conseguiremos unir esforços, criar sinergias e, desejavelmente, equipar aquela associação que é gente generosa e bondosa, gente que está sempre disposta a auxiliar o próximo. Nesses incêndios de 2017, muito mal equipados, mas estavam lá. Deram o seu melhor com aquilo que tinham e, de facto, é uma situação que merece a nossa atenção.” -----

Quanto à questão da **descentralização de competências na área da Educação**, que será objeto de discussão na Assembleia Municipal, informou que “a Senhora Vereadora tem já marcada uma reunião com os Diretores dos Agrupamentos. É uma preocupação que temos a de acompanhar, a par e passo, esta nova realidade.” -----

Relativamente à questão levantada pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Barco e Coutada sobre **nova prospeção e pesquisa mineira**, informou que “a posição da Câmara é a de acompanhar as preocupações dos seus munícipes e das populações, neste caso mais concreto, das populações que circundam a Serra da Argemela. Fomos contactados (muitos municípios do País) por uma empresa que se apresentou como responsável pelo pedido de prospeção. Temos uma situação que é muito fácil de explicar neste momento: há uma primeira fase que é de prospeção que durará cerca de 5 anos (recolha de elementos do solo, ortografia, cartografia, caracterização do solo, identificação dos proprietários, etc.); uma segunda fase experimental que durará 3 anos, dispensada de avaliação do impacte ambiental, nos termos da Lei, e que permite que se façam prospeções de forma circunscrita; e, a última fase onde será ou não concedida, pelo Estado Português, a licença de exploração para extração comercial de minério. A nossa posição é clara e inequívoca. Aliás, no que diz respeito à outra prospeção, eu e o Senhor Presidente da Câmara do Fundão subscrevemos ambos a petição que foi dirigida ao Governo, acompanhando, como acompanhámos quando fomos à Assembleia da República a defender a posição, não só do movimento da Argemela, mas também do concelho e freguesias vizinhos ao Barco-Coutada.” -----

Quanto à **limpeza das ribeiras**, deu nota que “estamos a ultimar o caderno de encargos, com vista à adjudicação (já em julho) da limpeza da Goldra, na íntegra, até à zona mais atingida pelos incêndios a montante e a parte mais urbana da Ribeira da Carpinteira. -----

Relativamente à **estrada Peso – Vales do Rio**, o Senhor Presidente da Junta sabe que, já lho transmiti, está no topo das nossas prioridades. Nós ainda não interviemos em nenhuma das estradas, neste mandato, de forma profunda. O que temos feito são reparações urgentes e ela carece de uma grande intervenção que não se compadece com a ausência de meios financeiros, que não temos tido, e estão, neste momento, criadas as condições para avançarmos (também as condições climatéricas que são fundamentais para que as intervenções sejam feitas) e nem quero comentar o facto de alguém insinuar que a estrada é ou não é intervencionada porque o Senhor Presidente da Junta é do movimento A ou do partido B. Não se distinguem os Senhores Presidentes de Junta, a população e os munícipes. Todos têm os mesmos direitos e estão todos em pé de igualdade. Não há favoritismos, nem há munícipes e Presidentes de Junta de primeira, nem de segunda! Para mim são todos iguais. -----

Relativamente às **rendas**, dizer que a caução diz respeito apenas às rendas da ISRU porque, no caso concreto, o que ali acontece é que as casas da ISRU não são de habitação social. Estão em mercado livre habitacional. Por conseguinte, não há paralelo com a Biquinha, com a Alâmpada, com o Bairro das Nogueiras ou com o Bairro do Cabeço. -----

**Reparação das caldeiras do Polidesportivo do Paul:** tem a despesa autorizada. A empresa, que deve fazer a intervenção, comunicou que aguarda a receção das peças para a reparação, contando iniciar os trabalhos na próxima semana. -----

Relativamente ao **Regulamento sobre as Partes Comuns da Habitação Social**, vai para consulta pública e será do conhecimento de todos os eleitos, também para darem contributos, antes de vir à Assembleia para aprovação. Portanto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra e o seu grupo parlamentar poderão dar o contributo nesse âmbito. -----

**Iluminação pública no Concelho:** como sabem tem um custo anual aproximado de 1,7 milhões de euros. O custo com a expansão da iluminação pública não se cinge ao custo da ampliação, mas reflete-se, obviamente, ao longo do tempo ao nível do consumo. Por isso, cada ampliação tem que ser analisada com o devido cuidado e é um trabalho que está a ser feito. Irá ser acompanhado pelos Senhores Presidentes de Junta porque há sempre sítios onde a iluminação é escassa ou inexistente; outros há em que ela é desadequada, no sentido em que está a iluminar o “nada.”” -----

No que concerne à questão da **Segurança Rodoviária**, “particularmente à questão do **TCT**, há uma solução de implementação de medidas de segurança, entre o Tortosendo e a Cidade passando no cruzamento de acesso à Boidobra. Está estudado e aprovado por deliberação de Câmara, sem que tenha sido implementado até à presente data. É uma questão de termos disponibilidade financeira e aí serão colocados os respetivos semáforos. O problema do cruzamento do TCT com o acesso à Boidobra, em primeiro lugar, é resultado de estar à saída de uma curva que tira a visibilidade. Será necessário, porventura, tomar outras medidas e estamos a estudar a melhor forma de resolver esse assunto. Passa ainda pelo problema do excesso de velocidade. -----

**Obras urgentes nas habitações sociais:** é recorrente. Temos apenas feito parte daquilo que é mais urgente. Estamos à espera que sejam aprovadas, definitivamente, as candidaturas para a eficiência energética. Já há aprovação de uma candidatura relativamente a um dos bairros habitacionais e aí aproveitar a ocasião para fazer outras intervenções. -----

**Limpezas:** dizer que estamos a notificar os senhores proprietários cuja propriedade foi objeto de incêndio e, nessas áreas ardidadas, como sabem, existe a obrigação, por parte dos senhores proprietários, nos espaços que confinam com a via pública, numa distância de 25 metros é da responsabilidade desses proprietários e não da Câmara Municipal, a qual, apenas e após a notificação e incumprimento, se poderão substituir.” -----

## 2.2 - Prestação de Contas do Exercício do Ano 2018

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de abril de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no n.º 1 do art.º 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2268 de 2019.04.23 e seus anexos, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** iniciou dizendo que “este tema tem sempre um risco de se tornar denso e difícil de acompanhar, mas vou tentar apresentar os 7 pedidos de esclarecimento sobre esta matéria. Este documento resulta de uma análise da prestação de contas do exercício de 2018 feito pelo PSD”. -----

Proseguiu enumerando e resumindo os esclarecimentos: (Doc. 12) -----

1. “A participação financeira na ICOVI apresenta uma quantia escriturada de 65.407.667,09 € quando, de acordo com as últimas contas individuais disponibilizadas por aquela empresa local, o seu capital social é de 64.000.000 €. -----

Conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeira (na nota 8.2.16, pág. 490), estando estes ativos mensurados pelo método do custo, questionamos se **as contas aprovadas pelo órgão executivo não apresentam um ativo indevidamente empolado em 1.407.667,09 €**. -----

2. Na nota 8.2.16 do anexo (pág. 490) refere a participação na empresa ADS – Águas da Serra, S.A. Contudo, depois da auditoria contratada no início do 1.º mandato pelo atual órgão executivo Socialista ter revelado que relativamente a esta participação financeira não existe qualquer evidência de que o Município da Covilhã detenha qualquer participação financeira, questionamos por que razão afinal ainda se mantém essa informação nas contas passados já 3 anos? Afinal existe alguma participação? Existem ações na posse do Município? Está ou não sobreavaliado em 180.000 € o ativo do município? -----

3. Importa referir que o valor da Dívida Total apresentada suscita-nos dúvidas, uma vez que não nos deram a conhecer as contas das empresas locais e das participações locais do Município e por conseguinte não podemos aferir o cumprimento da Regra de Equilíbrio de Contas definido no artigo 40.º da lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. -----

Tanto mais, conforme referido recentemente em declarações públicas, as contas da empresa local Águas da Covilhã nem sequer se encontram aprovadas, desde 2016. -----

**Assim não podemos aferir que o valor da dívida total referida no Relatório de Gestão se apresenta de forma verdadeira e apropriada.** -----

4. Tal como já referido no ano anterior, o Revisor Oficial de Contas alerta no parágrafo 1.6 do documento “Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas” para o seguinte: -----

**«O saldo da rubrica de acréscimos de custos é essencialmente explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M. relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2018, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. O montante acumulado a 31 de dezembro de 2018 ascendia a 6.059.132 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo órgão deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu.»** -----

Este documento de Prestação de Contas do Município da Covilhã não é realista, nem credível, pois **retira do perímetro da dívida total cerca de 6 milhões de euros “arrumando-os” numa rubrica fora do passivo exigível**, ou seja, em Acréscimos & Diferimentos. -----

Isto é uma forma clara de não divulgar mais dívida municipal, ou seja, **“meter debaixo do tapete”**. Pois se tal valor fosse reconhecido no passivo do Município, a dívida total ascenderia a cerca de **42 milhões de euros**, representando **1,737 vezes a média da receita corrente cobrada dos últimos 3 exercícios e não a 1,486 vezes que é divulgada na página 15 do Relatório de Gestão**, ou seja, acima do limite legalmente previsto. -----

Mais: -----

**Por que razão estes contratos ainda não foram à aprovação do órgão deliberativo?** O Executivo do PS é responsável por 5 exercícios em que este assunto se vai arrastando, criando uma **“gigantesca responsabilidade”** que alguém resolverá no futuro. -----

5. Relativamente ao grau de execução da receita apresentado de cerca de 85%, os mesmos 85% exigidos pelo artigo 56.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, chamamos atenção para o seguinte: -----
- Tal só é possível atendendo ao impacto positivo que as contratualizações dos empréstimos bancários tiveram na execução da receita. -----
  - Assim, **se retirássemos o efeito daqueles 15,3 milhões de euros nas receitas, o grau de execução real seria de cerca de 79%, ou seja, dentro dos parâmetros apresentados desde 2015.** -----
6. Em 2018, a Câmara Municipal da Covilhã **não efetuou qualquer obra de requalificação na Habitação Social**, que recordamos que ascendem a 719 fogos e que na sua grande maioria apresenta um estado de degradação evidente. -----

Por outro lado, importa referir que este executivo continua de forma sistemática a não arrecadar eficientemente a receita com a habitação social, onde o grau de execução ascende a 38,6%, ou seja, dos 607 mil euros previstos. -----

7. Ainda sobre a análise das Grandes Opções do Plano, verificamos que na área da Educação, o Orçamento inicial de 2018 previa um investimento de 6,96 milhões de euros e que, chegados ao final de 2018, aquela previsão inicial foi reduzida para 4,2 milhões de euros e que apenas 3,31 milhões de euros foram executados. Desta forma, podemos concluir que apenas executaram 47,6% da previsão inicial para 2018, o que demonstra um efetivo desleixo sobre uma importante área da nossa sociedade – Educação. -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

- **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 13) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e respetivos membros da mesa  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----

Exmos. Senhores Vereadores -----

Exmos. Deputados Municipais -----

Meus Senhores e minhas Senhoras -----

Está em apreciação nesta Assembleia Municipal a **prestação de contas do ano de 2018.** -----

Verificámos que as referidas contas, refletem **uma vez mais a inércia deste executivo municipal,** tendo em vista uma adequada otimização dos recursos financeiros bem como uma estratégia que permita não só captar investimento para a cidade e o seu concelho como também a sua promoção no país e no estrangeiro. -----

Ora no **tocante ao passivo** sabe-se quanto são controvertidos os números tendo em atenção que os mesmos têm tido várias interpretações e valorações, e no passado também as contas foram auditadas e passaram pelo crivo do Tribunal de Contas. -----

No entanto, convém lembrar que o passivo existente reflete também a obra realizada por anteriores executivos municipais, nomeadamente presididos por Carlos Pinto, **onde a habitação social foi uma das prioridades com a construção de vários bairros sociais** ou a construção de vias ou estradas tal conforme resulta da construção do eixo TCT ou de acessos à Covilhã ou a construção do Parkurbis ou ainda a construção de algumas infraestruturas desportivas como o caso do Complexo Desportivo da Covilhã, ou pavilhões em várias freguesias do concelho... -----

Aliás, pergunta-se: qual destas obras não seria realizada pelo atual município? -----

Por isso, o passivo não pode nem deve justificar a falta de ação executiva do atual município. Ele existe é verdade. Mas hoje, tal conforme sucedeu no passado, está e esteve controlado. ----

Ora, na nossa perspetiva, o **valor do passivo reflete as engenharias financeiras realizadas**, que permite suavizar os valores... bem como **as situações em que entidades e instituições que não viram os seus apoios concedidos ou com apoios diferidos no tempo...** -----

Por outro lado, verificamos o aumento considerável **das despesas com pessoal em cerca de 600 mil euros...** não estando explicado como tal valor se deva única e exclusivamente com a **integração dos trabalhadores precários por força de Lei!** -----

Diga-se também que, na nossa opinião, **se perdeu a oportunidade para se realizar uma adequada e profunda reestruturação da dívida e consolidação das contas do município.** -----

Verifica-se ainda um aumento das receitas, nomeadamente oriundas do IMI. -----

Não pode nem deve o executivo manifestar o seu regozijo com a taxa de execução orçamental obtido. Porquê? Porque a **taxa de execução, no nosso ponto de vista, está relacionada com a atividade diminuta do executivo... exige-se muito mais... e melhor...** logo se a **atividade é diminuta a taxa de execução não é difícil de ser concretizada...** a Covilhã e o seu concelho, necessita de um **orçamento que seja perspetivado numa atividade que mexa e faça mexer a cidade e o concelho... captar investimento... que crie ou promova postos de trabalho... que proporcione melhores condições de habitabilidade e que preconize e crie condições para os jovens poderem estabelecer-se... bem como melhores vias de comunicação, nomeadamente nas freguesias rurais... que seja uma capital da cultura... que construa a sua barragem...** enfim que alavanque projetos essenciais para o seu presente e a pensar no seu futuro... para bem da cidade e do concelho. -----

Por isso o nosso Movimento manifesta opinião negativa relativamente a estas contas. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “DE NOVO COVILHÃ” -----

- **Prof.º Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**, relativamente ao ponto em discussão, apresentou a análise feita pelo Partido Comunista Português que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 14) -----

**“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** -----

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,** -----

**Exmo(s). Senhores Vereadores,** -----

**Exmo(s). Senhores e Senhoras Deputados Municipais,** -----

**Minhas Senhoras e meus Senhores,** -----

A Câmara Municipal apresenta-nos as contas de gerência onde consta uma receita e uma despesa de 47.722.161,00 para um orçamento corrigido de 51.126.336,92, apresentando as grandes opções do plano um montante executado de 43.722.039,00 e uma taxa de execução financeira de 85,52%. -----

Os números são o que são, o Revisor Oficial de Contas certifica as contas, ao nível contabilístico, dando-nos algum conforto quanto às questões técnicas das mesmas e aos documentos apresentados. -----

Compete-nos analisar os processos e fazer a leitura política dos números, sendo que, a ausência de um relatório de gestão comparativa dificulta a tarefa de quem se confronta com um conjunto de documentos e de mapas, num total de quase 600 páginas. -----

Da leitura dos documentos, nomeadamente do mapa de execução das grandes opções do plano, verificamos a ausência da coluna relativa à taxa de execução de cada objetivo/programa/projeto o que dificulta e nos obrigou a cruzar com o mapa “modificações das grandes opções do plano”.

Nos mapas “modificações ao orçamento da receita” e “modificações ao orçamento da despesa” constatamos que o orçamento da receita teve uma revisão e cinco alterações e que o orçamento da despesa teve uma revisão e dezassete alterações. -----

Ora, este procedimento, com mais de uma alteração por mês e em cinco meses duas alterações, desvirtua qualquer orçamento e qualquer plano de atividades. -----

Este facto revela que houve um controlo orçamental muito acentuado, com ajustamentos mensais de acordo com a receita entrada, diminuindo nas rubricas de receita de difícil execução.

Assim se aproxima do orçamento real da receita expurgando-se o que não é certo receber-se (p.e. fundos comunitários) e reforçando o que já se recebeu ou se tem autorização para receber (p.e. os empréstimos bancários). -----

E foi assim que se atingiu a percentagem de 85,52 de execução financeira, que o senhor presidente acha que resultou de uma boa gestão, sem referir que foi um exercício obrigatório para a Câmara, face ao artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

E o que diz o n.º 3, do artigo 56.º da citada Lei? “No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85% são informadas as entidades referidas no n.º 1”, ou seja, os responsáveis do governo pelas finanças e autarquias locais. -----

Facto referido pelo Revisor Oficial de Contas. -----

O senhor presidente quer relevar como extraordinário o que foi o simples cumprimento da Lei.

A receita cobrada aumentou, de facto, em relação a 2017. -----

Aumentou nos impostos diretos e indiretos -----

Aumentou nas taxas, multas e outras penalidades -----

Aumentou nos rendimentos de propriedade -----

Aumentou na venda de bens e serviços correntes -----

Aumentou nos serviços prestados na cultura e no desporto -----

Aumentou nos serviços específicos da autarquia (transportes escolares, cemitérios, mercados e feiras) -----

Aumentou nos Jardins de Infância -----

Aumentou nas rendas de habitações e edifícios -----

Aumentou com a transferência de capital da administração central e fundos comunitários -----

Se é positivo o aumento de receita do FEDER para obras co-financiadas pelos fundos comunitários já se torna preocupante o aumento de receita pelos serviços públicos prestados.

Nós votámos contra o regulamento e a tabela de taxas, considerando que as taxas discriminam a população, jovens e idosos, com mais dificuldades. -----

A Câmara Municipal tem o dever de prestar serviços acessíveis a todos, assegurar a equidade e a coesão social. -----

Os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto deram, em 2018, uma receita à Câmara Municipal de 1 milhão, trezentos e sessenta mil euros. -----

A receita aumentou e o que fez a Câmara Municipal? Cumpriu o seu plano de atividades? Implementou os projetos e obras previstas nos planos e, nomeadamente nas grandes opções do plano? Reforçou a sua capacidade operacional? -----

Não, longe disso. -----

Aumentou as despesas com pessoal que nem todas se justificam com o PREVPAP. -----

Aumentou a despesa com a aquisição de bens e serviços e com serviços especializados (cerca de 2 milhões) -----

Em **outros** serviços temos dois milhões duzentos e cinquenta mil e oitocentos e trinta e três euros. -----

Nas despesas de capital temos um acréscimo de despesa, relativamente a 2017, de sete milhões de euros. -----

Neste grupo de despesas temos a aquisição dos silos (9 milhões) e uma rubrica de **outros** com cinco milhões seis mil e 10 euros, uma **outra** com 446.586,00 e uma **outra** de 801.683,00. -----

O acréscimo das despesas de capital foi incluída na rubrica dos **OUTROS**. -----

Com montantes da ordem de milhões não é possível especificar? São assim tantos os OUTROS?

Nas grandes opções do plano a maioria dos objectivos/programas/projetos de ação diminuíram nas 17 alterações orçamentais. -----

Só três dezenas é que foram reforçados. -----

Das ações incluídas nas grandes opções do plano pela governação PS desde 2014, perto de 50% estão por iniciar. -----

Das ações inscritas no plano em 2018 – 50% estão a zero ao nível da execução. -----

No mapa das “modificações das grandes opções do plano” são visíveis os projetos e ações, que, por opção da maioria PS, foram abandonados, com a redução dos montantes da dotação inicial para níveis residuais. -----

Também se constata que aqueles cortes serviram para reforçar, nas várias alterações orçamentais, a área das Comunicações e Transportes que passou de uma dotação inicial de 1.717.340 € para 13.162.107 €. -----

Nesta área que corresponde às pavimentações efetuadas na rede viária concelhia em finais de 2017 (ano de eleições autárquicas) todas as rubricas tiveram reforço. -----

Assim, concluímos, que em 2018 pagámos as despesas de 2017 relativas às pavimentações efetuadas no período eleitoral. -----

Pelos motivos atrás referidos -----

Pela nossa discordância quanto às opções de gestão tomadas ao longo do ano de 2018 -----

Iremos votar contra -----

Os eleitos do PCP” -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** iniciou dizendo: -----

“Na passada cerimónia de comemoração do 45.º aniversário da Revolução dos Cravos, assistimos a um discurso que se vangloriava de uma redução histórica da dívida por parte deste Executivo. -----

Seis anos depois, a Câmara escalou os Himalaias, alcançou o cume do Everest da redução da dívida. -----

Se não fosse tão dramático, seria cómico. Nessa mesma Assembleia, as trompetas dos Senhores Deputados do PS tocaram e os da grande família rejubilaram. -----

O problema é que depois do fim da peça e dos cortinados fechados, alguém tem que resolver os problemas e alertar os covilhanenses que o canto da sereia presidencial procura esconder. –

Quando discutimos Relatórios de Contas, por muito que nos esforcemos, é impossível analisar todo o universo municipal sem termos acesso às contas das Empresas Municipais, como a Lei obriga. -----

O Presidente da Câmara, nessa referida Sessão, vangloriou-se com a execução de 85% do Orçamento Municipal. 85% não é nada mais, nada menos que o mínimo exigido por Lei. -----

Fizeram exatamente o mesmo que tinham feito no ano anterior em que se vangloriaram também muito de uma taxa de execução de 75%, que estava abaixo dos 85 obrigatórios por Lei e que só agora conseguiram cumprir. -----

Em terceiro lugar, também não nos transmitiram, de forma verdadeira, a situação financeira do Município, mantendo a marca de falta de transparência. -----

Estes números e cito: “históricos e imbatíveis” são, em primeiro lugar, de uma prepotência e, em segundo lugar, desonestidade intelectual gritante. -----

Vamos analisá-los: -----

Temos aqui o Passivo Exigível Máximo para o ano de 2018 e o Passivo Exigível que foi alcançado pela Câmara Municipal. -----

O Executivo Socialista herdou, em 2013, um conjunto de planos financeiros até então negociados com diversas entidades, nomeadamente empréstimos bancários e acordos com credores, que obrigava à amortização de dívida entre 2014 e 2018 no montante global de 33,5 milhões de euros, ou seja, o Passivo Exigível, à data de hoje, deveria ser no máximo de 31,6 milhões e não os 37,2 que nos apresentam hoje. -----

Nós questionamos: qual foi então o esforço feito neste processo? Os planos já estavam definidos. Limitaram-se a uma mera gestão corrente e nem isso sequer conseguiram cumprir. –

Assim podemos concluir, claro e indubitavelmente, que o Executivo, que vem agora se vangloriar dos resultados financeiros, fez inclusive a proeza de aumentar o Passivo Exigível que cresceu, no nosso Município, em 5,6 milhões de euros nos últimos 5 anos. Ou seja, e pegando nas palavras de um dos colegas que me antecedeu de outra bancada, é verdade que na Covilhã, hoje, não há investimento, não há estratégia. Isso todos nós concordamos aqui na Oposição. E eu acrescento: ainda por cima não há redução da dívida como há um aumento. Para não falar também nos mais de 6 milhões de euros em contratos de indemnização compensatória com a AdC e que estão “arrumados”, neste Relatório e Contas, na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. -----

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, -----

A conclusão é esta: -----

- Não diminuíram a dívida. Aumentaram-na; -----
- Não conseguiram cumprir o mínimo legal de execução do Orçamento até ao ano atual; -
- Não só são pouco transparentes, como são desonestos. -----

Como diria Lincoln: “Podes enganar algumas pessoas o tempo todo ou todas as pessoas durante algum tempo”. O que não é possível é enganar todas a gente durante todo o tempo. -----

O ilusionismo político dura o tempo que os Covilhanenses assim o quiserem.” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**, da leitura do documento, “diz-nos o Relatório do Revisor Oficial de Contas que a rubrica de “Acréscimo de Custos” é essencialmente explicada pela contabilização dos montantes referentes às indemnizações compensatórias a transferir para a AdC, referente a períodos de 2010 e 2012 a 2018, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. -----

O montante acumulado, a 31 de dezembro de 2018, ascendia a mais de 6 milhões de euros. ----

De acordo com a Lei, estes contratos terão que ser aprovados pelo órgão deliberativo do Município, situação que, até à data, não ocorreu. -----

Para quando o cumprimento da Lei? -----

Face ao parecer do ROC e passo a citar: “Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, apreciar o Relatório de Gestão e as Contas referentes”, fica a questão: O que fazer? Aprovar ou rejeitar? -----

Aparentemente são bons os resultados ao nível da redução do passivo, porém é manifesto que tais resultados são alcançados pelas operações de substituição de amortizações extraordinária de dívida que, em nosso entender, podia e devia ter sido melhor aproveitada. -----

Ficámos, cerca dos 50%, tendo-se perdida uma única e magnífica oportunidade de reestruturação definitiva da dívida e consolidação das contas do Município. -----

Ao nível da receita, apenas se alcançam extraordinários níveis de execução de receita porque se contabiliza, como receita de capital, o passivo financeiro, resultado de operação extraordinária de refinanciamento e cuja imediata afetação ao pagamento da dívida permite o “milagre” da melhor execução financeira de sempre. -----

Tirando o que é excepcional, é muito preocupante a constatação de um crescendo e considerável aumento constante nas despesas com o Pessoal (cerca de 600 mil euros/ano) a que, surpreendentemente, se alia também um aumento de aquisição de serviços correntes, nomeadamente a contratação de *outsourcing's*. -----

A execução média de 85% é enganadora, pois, como referimos, resulta não só de uma mera execução financeira direta e extraordinária, mas também das já recorrentes e habituais correções orçamentais que anteviam uma execução muito inferior. -----

Por último, não podemos deixar de realçar uma preocupação relativa à dívida com a EDP. Com base nos acordos celebrados, deveria ter sido integralmente paga durante o ano de 2018 (até outubro) com condições consideráveis. Porém, nos documentos que nos são enviados, o valor da dívida à EDP, a 31/12/2018, é aproximadamente de 3 milhões e 800 mil euros. -----

Pergunta-se: esta dívida renegociada não foi paga em 2018 porquê? O que aconteceu durante este período? -----

E as demais dívidas a terceiros ascendem a cerca de 1,4 milhões de euros. Estão todas em dia? E com planos de pagamento? Se sim, porque não aparecem no mapa de acordos e planos de pagamento? Se não, como se garante que, a 31 de dezembro de 2018, não existiam pagamentos em atraso? -----

Pelo exposto, somos obrigados a votar contra estas contas de gerência de 2018.” -----

- **Dr.º Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: (Doc. 15) -----

“Recebemos da Câmara Municipal da Covilhã o Relatório relativo à Prestação de Contas do ano de 2018 que vimos agora aqui discutir, e no que nos diz respeito, aprovar. -----

Independentemente do argumento **de seriedade apenas retórica** que a oposição aqui vai trazer, cujo conteúdo é mais ou menos: ‘Lá estão os senhores do Partido Socialista centrados no passado’; não podemos certamente discutir com seriedade o Relatório de Gestão de 2018 sem falarmos do ponto de onde partimos, ainda que de forma breve, pouco exaustiva, exatamente porque nos centramos no futuro, sem, contudo, esquecer os méritos do que alcançámos. -----

Quando o Partido Socialista e o executivo liderado pelo Senhor Presidente da Câmara assumiu funções em 2013 deparou-se com uma situação calamitosa, da capacidade operacional dos serviços do município, considerando o muito que estava ainda por fazer, mas sobretudo do ponto de vista das finanças municipais. Se bem nos lembramos, em final de 2013 o passivo exigível do município ascendia a 65.056.281 Euros, sem ter em conta os valores das diversas questões pendentes em tribunal, que vieram, entretanto, a ser decididas em desfavor do Município e arrasadoras para a imagem de quem nos dirigiu e que representou um aumento enorme do valor do passivo. Recordo apenas algumas: -----

Os dois Processos da AMBC – Associação de Municípios da Cova da Beira – **2.600.000,00 Euros**. -----

PARQ C – Parque de Estacionamento da Covilhã, SA – **8.775.000,00 Euros**. -----

Parque de S. Miguel – Expropriação – **1.250.000,00 Euros**. -----

Nestes processos estamos a falar tão só, de mais de 12,5 milhões de Euros. Mas, outros houve ainda, como se recordarão. Este valor que claramente é da responsabilidade de quem nos antecedeu, que adicionado ao valor que já referimos daria um passivo exigível próximo, de 80 Milhões de Euros!!! No final de 2017, tendo já o impacto de uma gestão eficaz, o passivo exigível ficou-se pelos 45 milhões e meio, mais precisamente 45.875.062 euros e, 37 cêntimos, valor que no final de 2018 volta a baixar ficando-se agora em 37.214.022 euros e 74 cêntimos, o que patenteia uma redução de **8,7 Milhões** versus o ano transato e uma redução de **45 Milhões** relativamente à “tal” situação encontrada no fim de 2013. -----

Foi-nos exigido responsabilidade, seriedade, e a imaginação de ter de fazer obra com muito pouco. -----

TEMOS ORGULHO DO CAMINHO QUE TRAÇÁMOS, TEMOS ORGULHO DE COMO O CONCRETIZÁMOS, TEMOS ORGULHO DA COLABORAÇÃO DOS COVILHANENSES. -----

Mas fixemos o número do passivo total, que durante e apenas, a vigência do atual executivo foi reduzido em 16 Milhões de Euros!! -----

Mas os méritos a atribuir à gestão do executivo do Partido Socialista não cessam aqui: -----

As despesas com pessoal representam cerca de 15% da despesa total e o Investimento 40%, desmistificando assim algumas das afirmações que vamos ouvindo ser propaladas por quem

pouco ou nada tem a apontar, produzindo por isso uma narrativa falsa, que julgam porventura lhes render quaisquer dividendos políticos, mas que mais não é do que a desvalorização do esforço feito, em última análise, por todos e cada um dos concidadãos das 21 freguesias que dão forma ao concelho da Covilhã; -----

- O Valor das receitas correntes é superior às despesas correntes em mais de 40%, o que, fruto de uma gestão parcimoniosa, permite libertar fundos das despesas correntes para financiar o investimento, contrariando também a tese bacoca do despesismo virado apenas para o hoje, esquecendo o amanhã; o facto de as despesas correntes significarem pouco mais de 40% das despesas totais é também um claro exemplo da mesma aposta no futuro. -----

Não têm conseguido perceber, os nossos opositores claro está, que os cidadãos hoje já não querem ter que fazer uma escolha entre obra feita e sustentabilidade, que não querem ter que escolher entre Pontes Sexys de Milhões de Euros e anos e anos de contenção orçamental para as financiar, que não querem ter que escolher entre Torres de Babel e o bem-estar do dia a dia. Não! Hoje os Covilhanenses sabem que é possível realizar obra proveitosa, adequada às reais necessidades e não faraónica, mantendo, porém, o conforto e a sustentabilidade das contas públicas. -----

Foi este caminho a escolha do Partido Socialista, caminho do qual não abdicamos ou iremos desviar. -----

Senhor Presidente, Senhora e senhores vereadores, caras e caros deputados. -----

A bancada do Partido Socialista irá, pois, votar favoravelmente as contas agora apresentadas, todavia não podemos deixar ainda de destacar uma outra questão, que será porventura a mais marcante de todas as boas novidades que este Relatório demonstra: -----

Deparamo-nos já há alguns anos, fruto da visão, da orientação e do trabalho do senhor Presidente Vítor Pereira, longe dos 297% de dívida sobre as receitas correntes com que assumiu os destinos da autarquia e que a colocava, à data na iminência de entrar num processo de Recuperação Financeira, bastava para tal que a dívida aumentasse 3% das receitas correntes – Qualquer coisa como 100.000 Euros -----

No entanto e como se constata este valor foi diminuindo de forma paulatina e sustentada, ano após ano. O que permite hoje ser um dia especial, um de dia de júbilo: -----

Os números, as contas, são melhores do que as anteriores. -----

Pela primeira vez em muitos anos, o Município cumpre com o limite de endividamento definido pela Lei das Finanças Locais. -----

O ano de 2018 fechou com um endividamento de 1,48 vezes a média das receitas correntes cobradas nos 3 anos anteriores, mas deixem-me afirmar, estes valores não estariam como estão se a Covilhã tivesse seguido o caminho das experiências radicais do passado ou se este executivo tivesse embarcado na narrativa do “logo se paga”, foi essa não opção que devolveu ao Município

a reputação e a sustentabilidade, pelo que hoje podemos afirmar que a Covilhã encara agora com maior otimismo o futuro, que a Covilhã ganhou a aposta da credibilidade. Está pois, o Senhor Presidente da Câmara de parabéns, está este executivo e o anterior de parabéns, estão de parabéns todas as forças políticas que nesta assembleia foram aprovando os mecanismos que permitiram alcançar estes desideratos, mas sobretudo, permita-me senhor Presidente, estão os covilhanenses de parabéns, porque foi a sua perseverança, o seu trabalho e a confiança que implementou que permitiu que nos conseguíssemos libertar desta tirania financeira. -----

Para finalizar afirmar que é nossa expectativa que no próximo ano mais alguns problemas se vejam ultrapassado e se possa falar mais uma vez de recuperação e crescimento da Covilhã. ---

Disse!” -----

--- Foi atribuída a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que, relativamente às intervenções feitas, referiu compreender “que a Oposição tenha dificuldade em contrariar estes números porque são números objetivos, claros, inequívocos e avassaladores e, perante esta situação, tentem lançar cortinas de fumo para que, no seu julgamento, nós não possamos regozijar-nos como o devemos por estes resultados. -----

O que assisti aqui, no geral, com muita dificuldade em apontar um reparo, mínimo que fosse, a estas contas e há duas que pontificam pela negativa. -----

A primeira: é um chorrilho de dislates, como eu já não ouvia na Assembleia, e foi com estupefação que ouvi tão desastrosa intervenção sobre matéria financeira. Ainda assim, farei alguma pedagogia, dando algumas notas sobre os assuntos que aqui foram trazidos. -----

A questão da participação da ICOVI tem a ver com a aplicação do método de equivalência patrimonial, segundo o qual se ajusta o valor do custo da aquisição ao valor da atual empresa. -

O Município da Covilhã é detentor, ainda que de forma fictícia, 30% das Águas da Serra. -----

As empresas locais, todas elas, apresentam um resultado líquido positivo. Apenas a Parkurbis apresentou um resultado negativo que foi objeto de cobertura no dia 23 de abril pelo que não releva para o endividamento, contrariamente ao aqui dito. -----

O valor dos contratos com a AdC, conforme é referido pelo Revisor Oficial de Contas, constam no passivo do balanço do Município da Covilhã. Os contratos não foram aprovados pelo órgão deliberativo porque estão indexados à negociação global que está a ser feita com o parceiro privado. -----

A execução orçamental tem a ver com o que foi previsto em Orçamento e a receita efetivamente arrecadada. A execução do Orçamento não é algo de estanque. É um documento dinâmico. Tem que ser objeto de ajustamentos em resultado das vicissitudes desta nossa governação autárquica. -----

As despesas com o pessoal resultam da integração dos trabalhadores precários e da valorização salarial resultante do SIADAP. -----

A taxa de execução orçamental demonstra um orçamento real e não algo imaginário. O que estamos aqui a falar é de realidade e não de caixas de ilusões. Encaremos a realidade sem qualquer complexo. -----

Dizer ainda que a segunda intervenção, que pontifica também pela negativa, foi a intervenção de um duplo que aqui esteve a vangloriar-se das obras do passado. Obras que não enjeitamos, que agradecemos, que são importantes para o concelho. Mas, a verdade é que foram feitas, quase todas elas, em contraciclo com os ciclos comunitários. Desperdiçaram-se preciosíssimos fundos e ter-se-ia evitado que hoje estivéssemos com os constrangimentos financeiros que temos. O aproveitamento dos fundos comunitários pelo Município da Covilhã, nos anos que antecederam 2013, andou ao nível, um pouco e ligeiramente acima do Município de Proença a Nova e muito abaixo do Município do Fundão, Guarda e Castelo Branco. Que eu saiba os fundos comunitários vieram para a região. Quando havia dinheiro para estradas, faziam-se polidesportivos; quando havia dinheiro para polidesportivos, construíam-se estradas. Logo, nunca se aproveitaram os fundos comunitários e depois chegámos onde chegámos: à bancarrota em 2013 que era como esta Câmara estava! Nós tirámo-la da bancarrota e hoje é uma Câmara credível. -----

O aumento da receita dos serviços públicos prestados resulta da aumenta da procura dos mesmos, talvez porque são mais atrativos e não do aumento de qualquer taxa ou licença. -----

Os projetos, que estavam inscritos no Orçamento e que não foram executados, não foram abandonados. Foram programados. Dou o exemplo do da Frei Heitor Pinto. Transita de um Orçamento para o outro. -----

As contas consolidadas são só em junho! Quando cá vierem as contas consolidadas, a discussão será feita com os respetivos documentos e valores que elas incorporam. -----

Dizem que 85% é o mínimo exigido pela Lei. E quando as execuções eram de 20, 25 e de 30%? O que dizer dessas taxas de execução? Mais ainda. Não se pode branquear este esforço de recuperação financeira. Não podemos esquecer os 15,5 milhões de euros que pagámos em 2015. Não nos podemos esquecer que os acordos de pagamento são necessários pagar com dinheiro e não com qualquer movimento contabilístico. -----

Contrariamente aquilo que foi aqui afirmado, não existe qualquer contratação de *outsourcing*.

Relativamente a um argumento estafado, repetido e inexato, dizer que nós perdemos uma oportunidade para reestruturar a totalidade da dívida, só não o concretizámos porque entrámos em negociações com a EDP, negociação que só agora se concretizou e vai ser agora objeto de operação de substituição de dívida. Esta sim uma dívida mais antiga, da década de 70, que ao longo dos anos foi “empurrada com a barriga” e cá estamos nós também a saldá-la. A dívida com a EDP não foi paga em 2018 e, por isso, não podia integrar essa mesma operação. -----

Por mais que as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais tentem, não conseguem apagar a ideia de que, em outubro de 2013, chegámos cá com 297% de endividamento e que hoje ele é de 148%. Não conseguirão apagar, nem desdizer que as contas estão equilibradas que elas são

fiscalizadas por todas as entidades que as têm que fiscalizar e lhe dão a respetiva credibilidade e, por conseguinte, o passivo, que era de 150 milhões de euros, é hoje de 76 milhões de euros e que, só no último ano, abatemos 8,7 milhões de euros, pelo que o nosso passivo exigível está nos 37 milhões. -----

Por último, o Município da Covilhã, a 31 de dezembro de 2018, cumpriu, pela primeira vez e nos últimos 12 anos, o limite do endividamento definido pela Lei das Finanças Locais e, pela primeira vez em 17 anos, logramos obter a mais elevada taxa de execução orçamental, mais precisamente 85,3%. Podem dizer o que quiserem, mas isto são factos, são realidades, são números que estão certificados e serão sindicados pelas entidades competentes.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Prestação de Contas do Exercício do ano de 2018 – foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS e IND) e 12 votos contra (PCP, PSD, CDS e DNCCP).*** -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Eu quero pedir aos serviços e à Assembleia que transformem em declaração de voto aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Municipal da nossa bancada Vítor Pinho a este respeito, mas quero acrescentar também que, saudando a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e saudando a execução que nos traz à aprovação a esta Assembleia Municipal relativamente à gestão e às contas municipais de 2018, são, de facto, boas notícias. Lamentar aquilo que é o enviesamento de interpretação que a Oposição faz a respeito destas contas na medida em que, efetivamente, compreendemos que é uma má notícia para a Oposição este sucesso, mas é uma boa notícia para os Covilhanenses. A Oposição, que mantém uma postura de não deixar que os factos e a realidade atrapalhem uma boa história, acaba por ter uma posição e uma postura nesta Assembleia, relativamente às contas de 2018, completamente desfasada daquilo que é a realidade, daquilo que dizem, como já disse o Senhor Presidente da Câmara, aquilo que são as opiniões de quem de direito – Tribunal de Contas, Anuário dos Municípios, Técnicos Oficiais de Contas e todas as entidades que se têm pronunciado sobre as contas do Município da Covilhã, atestam e confirmam aquilo que é a evolução muito positiva da situação financeira. Lamentavelmente, a Oposição não vê e não reconhece esses pareceres e esse sucesso. Lamenta-se porque está completamente desfasado daquilo que é a realidade dos Covilhanenses e saudar, naturalmente, os Covilhanenses e o Município por estes resultados.” -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “Na passada cerimónia solene de comemoração do 25 de abril, assistimos ao anúncio por parte do Senhor Presidente do Município da redução histórica da dívida por parte do Executivo Socialista que lidera os destinos do Município desde 2013. Seis anos depois, Vítor Pereira escalou os Himalaias e alcançou o cume do Evereste da redução da dívida. Se não fosse tão dramático, seria cómico. As trombetas dos deputados eleitos pelo

Partido Socialista tocaram, os presidentes de Junta eleitos pelo PS rejubilaram, o povo bateu palmas como se não houvesse amanhã. -----

O problema é que depois do fim da peça e dos cortinados fechados, alguém tem que resolver os problemas e alertar os covilhanenses para a dura realidade que o canto da sereia presidencial quer oportunamente esconder, sim, num cenário pré-eleitoral, onde quer fazer boa figura perante o líder nacional do seu partido. -----

Vamos começar pela sua citação, «números históricos e resultados imbatíveis, que dizem bem o esforço que temos feito no sentido de estabilizar definitivamente as nossas finanças». -----

Senhor Presidente, senhor Vereador responsável pelas Finanças, dizer a mentira, muitas vezes, não a torna verdade, por isso, o PSD irá fazer um breve exercício acerca da verdadeira situação financeira do Município da Covilhã, mostrando, de forma incisiva, a falta de transparência que é a imagem de marca deste Executivo, desde o primeiro dia. -----

Passemos à verdade dos números. O Passivo em 2013 ascendia a 65 milhões de euros. Segundo o plano de reestruturação, foi acordado um plano financeiro negociado com diversas entidades, relativamente a empréstimos bancários e acordos com credores, que previa a amortização de dívida entre 2014 e 2018 no montante global de 33,5 milhões de euros. -----

Mas mais, se o Passivo Exigível em 2013 era de 65 milhões e este executivo tinha planos para cumprir de 33,5 milhões, conforme se pode depreender dos Documentos de Prestações de Contas aprovados entre 2013 e 2018, tal situação quer dizer que o Passivo Exigível de 2018 deveria ser no máximo 31,6 milhões e não os 37,2 milhões euros apresentados. -----

Assim, perguntamos ao Senhor Presidente ou a algum membro da Assembleia Municipal eleito pelo PS, que expliquem aos membros da Assembleia Municipal, como é possível aumentar uma dívida previamente negociada, em 5,6 milhões de euros nos últimos 5 anos. -----

Bastava não fazer nada, para pouparmos quase 6 milhões de euros, mas os senhores conseguiram aumentar a dívida e vender uma redução. Nem sequer iremos abordar os mais de 6 milhões de euros dos contratos de indemnização compensatória com a ADC e que estão “arrumados” na rubrica de Acréscimos e Deferimentos. -----

O ilusionismo político dura o tempo que os Covilhanenses decidirem. -----

Como dia Abraham Lincoln, “Você pode enganar algumas pessoas o tempo todo ou todas as pessoas durante algum tempo, mas você não pode enganar todas as pessoas o tempo todo.” --

Por essa razão, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal votam contra. (Doc. 16) -----

Ressalvar que, tanto o meu colega de bancada José Sardinha como eu próprio o fizemos, a Câmara pode dizer o que quiser. Pode vangloriar-se com a obtenção de execução de 85% e com algumas contas um bocadinho “mascaradas”, mas o facto é que estes 85% eram essenciais para o Município agora porque se configuravam como o terceiro ano consecutivo em que a Câmara não conseguiria atingir o limite mínimo exigido por lei, o que obrigaria a que isto fosse reportado

às entidades nacionais competentes e que daí se percebe também todo o esforço feito para alcançar este número mínimo. -----

Por fim, ressaltar também que o argumento dado aqui sobre as situações financeiras que possam ter agravado, que decorram do passado, há uma delas em concreto, que foi aqui referida pelo Senhor Presidente, que é uma escolha do próprio e da Câmara Municipal a que presidia no mandato anterior. Foi uma escolha deste Executivo, portanto a assunção da dívida, por parte do Município, não é culpa de mais ninguém do que do próprio que escolheu fazê-la desta forma quando havia outras soluções em cima da mesa e que foi público na altura.” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “Aparentemente são bons resultados ao nível da redução do Passivo por entendermos que é manifesto tais resultados são alcançados pelas operações de substituição e amortização extraordinária de dívida que, a nosso entender, podia e devia ter sido totalmente aproveitada, tendo-se perdido uma oportunidade única e magnífica para a reestruturação definitiva da dívida e consolidação das contas do Município.” -

- **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Relativamente a esta questão, as questões por nós colocadas, infelizmente, não tiveram qualquer tipo de resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara. Lamentamos sinceramente. Reiteramos que, de facto, estas contas refletem uma exígua atividade por parte do Município da Covilhã. Esperemos que isto se inverta no futuro porque, como já tivemos a oportunidade aqui de o dizer, quando verificarmos que a atividade do Município merecer, da nossa parte, qualquer elogio, estaremos aqui, como aliás já tivemos a oportunidade de o fazer nas pessoas e até de alguns Senhores Vereadores aqui presentes (elogio a determinadas situações e atividades por eles promovidas), na linha da frente para elogiar. Quando entendermos que não, têm de nos respeitar. É a nossa forma de ver e de analisar as contas. Por isso, votamos contra com a consciência de que, de facto, estamos a pensar de forma correta e entendemos que é a melhor forma de dar e efetuar os destinos do Concelho.” -----

### **2.3 - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de abril de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2269 de 2019.04.23 e seus anexos, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à **Diretora do Departamento de Administração Geral – Dr.ª Graça Isabel Pires Henry Robbins** que fizesse um esclarecimento relativamente à proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: (Doc. 17) -----

“Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança: -----

**Artigo 6.º - Composição do Conselho** -----

Aditar: -----

p) Delegado de Saúde -----

q) Representante do CAT -----

r) **Representante da CPCJ?** -----

s) Representante do Conselho Municipal da Juventude da Covilhã -----

Substituir: -----

m) Representante do Conselho Municipal da Educação da Covilhã -----

**Artigo 7.º - Composição do Conselho Restrito** -----

Aditar: -----

e) Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã; -----

f) Delegado de Saúde -----

g) Representante do Ministério Público da Comarca -----

h) Representante dos Presidentes de Junta -----

i) Representante da Assembleia Municipal” -----

A **Diretora do Departamento de Administração Geral – Dr.ª Graça Isabel Pires Henry Robbins** iniciou dizendo tendo analisado a proposta na qual “apresentava nomes de entidades para a composição do Conselho e para o Conselho Restrito. A composição do Conselho Restrito é taxativamente fixada por Lei. No entanto, a lei permite que sejam convidados a participar nas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção seja considerada relevante em função de alguma matéria específica, quer no Conselho, quer no Conselho Restrito. -----

O Conselho e o Conselho Restrito podem, ao abrigo da mesma Lei, convidar a participar nas reuniões outras entidades.” -----

Após os esclarecimentos feitos, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “Antes de mais, reiterar aquilo que disse no período do “Antes da Ordem do Dia”, que é uma sugestão construtiva: tentarmos clarificar as “Ordens de Trabalho” destas sessões, nomeadamente no que toca a deliberações. Acho que é de bom tom para todos que as Assembleias Municipais e a sua preparação não sejam um mero exercício de adivinhação e futurologia, mas sim de sabermos precisamente aquilo que aqui vimos fazer, com documentos, votar, não votar, recomendação, informação da Câmara ou não. -----

Sobre o Regulamento aqui em causa, pode parecer infelizmente normal, mas em qualquer situação se nota e se sente que o Município da Covilhã continua sem qualquer rumo e este é um dos exemplos mais concretos que nós temos. -----

Em dezembro, os membros do Executivo Municipal afirmaram, perante esta mesma Assembleia, que não valia a pena votar uma moção para criação do Conselho Municipal de Segurança porque, cito: “este já estava em funcionamento.” -----

A verdade é que não estava, conforme se comprovou pelo agendamento deste ponto numa reunião de Câmara, tendo depois sido retirado quando descobriram que a Lei em vigor, à altura, conferia à Assembleia Municipal a exclusividade da competência para criar o órgão. -----

Foi na Assembleia Municipal do passado dia 28 de fevereiro que foi incluída na “Ordem de Trabalhos” a criação do Conselho Municipal de Segurança, apesar de, à altura, como referi, novamente a “Ordem de Trabalhos” não ser clara: dizia apenas “Conselho Municipal de Segurança”, a documentação enviada ser parca, limitando-se apenas ao diploma e ao Decreto-Lei, que na altura estava em causa. -----

Foi aqui criada uma Comissão na Assembleia Municipal para a elaboração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança que, depois, viria a este órgão num prazo de um mês para ser votado. -----

A verdade é que, por alerta do partido Social Democrata, o Município acabou por descobrir que criou uma comissão que estava “morta à nascença” porque, 4 dias depois de nós aqui votarmos a criação de uma comissão para a elaboração de um regulamento e conseqüente criação do Conselho Municipal de Segurança, saiu um Decreto-Lei que confere à Câmara Municipal a exclusividade dessa competência e da criação do órgão. -----

Ora, a Câmara Municipal criou o órgão, levou uma proposta de Regulamento que traz agora aqui para votação. -----

Senhor Presidente, estamos à altura de, hoje, cumprir aqueles que são os preceitos legais, mas importa, do ponto de vista ético e moral, sublinhar que não houve respeito para com o órgão máximo do Município. Não houve respeito na medida em que nós criámos aqui uma comissão que nunca chegou a reunir; uma comissão que nunca foi informada, a não ser por um comunicado público do PSD, que já não teria funções para exercer as suas competências; não foram informados os elementos que integravam essa comissão de que já não teriam nada para elaborar; não foi convocada nenhuma reunião; e, também, não foi convocada a conferência de

líderes que o Partido Social Democrata requereu nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regimento da Assembleia. -----

Ora, não convocar a reunião da Comissão é uma escolha de quem preside aos órgãos. -----

Não se informar as pessoas é uma escolha, ainda que a nosso ver, criticável. -----

Não cumprir aquilo que está no nosso Regimento da Assembleia que é convocar uma reunião da comissão de líderes sempre que solicitada por uma qualquer das bancadas municipais (foi o que aconteceu) é faltar às normas que nós próprios estabelecemos. -----

Senhor Presidente, deveríamos tê-lo feito e, por isso, gostava aqui de lhe deixar duas questões, com todo o respeito institucional e democrático que lhe tenho: -----

1.º Porque não convocou a reunião da conferência de líderes que nós solicitamos e como manda o Regimento? -----

2.º Porque não foi informada a Comissão recém-criada e os respetivos Membros da Assembleia Municipal? -----

Senhor Presidente da Câmara, aquilo que a bancada do PSD acha é que deveria ter requerido a convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal. É verdade que qualquer das bancadas o pode fazer, mas nós fizemo-lo para uma conferência de líderes e nem essa foi convocada! Acreditamos também no respeito da ética institucional que a Câmara tivesse promovido, aqui, pelo menos um esclarecimento para depois seguir os trâmites normais no mesmo prazo, sem problema nenhum. -----

Mesmo assim e mesmo que estejamos, em certa medida, a ultrapassar os valores de Abril, que tanto se advoga e tão pouco se cumpre, acreditamos que o funcionamento deste Conselho é importante para os cidadãos, por isso a bancada do PSD, naturalmente, que não votará contra a aprovação do Regulamento que vem aqui à votação.” -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** propôs as seguintes alterações ao documento: -----

“No artigo 7.º, embora a ação do Conselho Restrito se situe, em termos administrativos, ao nível estratégico e o Comandante dos Bombeiros tenha a sua ação ao nível tático, pensamos que, pela sua experiência e vivência em situações de crise, o Comandante dos Bombeiros poderá ser sempre uma mais valia e dar um contributo importante ao bom funcionamento deste órgão. –

Assim, proponho que o Comandante dos Bombeiros passe a integrar o Conselho Restrito. -----

Relativamente ao Conselho Alargado, somos de opinião que também o representante da Comunicação Social deve fazer parte desse Conselho. Sabemos que estamos a falar de Planos de Segurança e não de Planos de Emergência, mas quando a segurança falha a emergência está logo a seguir e, aí, a Comunicação Social é indispensável. -----

Assim, proponho que um representante da Comunicação Social integre o Conselho Alargado. –  
Relativamente ao artigo 8.º, que diz como devem ser dirigidas as assembleias, diz que o Conselho Alargado deve ser dirigido pelo Presidente da Câmara, que preside, mais um 1.º e 2.º Secretário eleito pelos pares. -----

Para o Conselho Restrito, eu não estou a ver como é que o Conselho vai funcionar com o Presidente da Câmara a presidir e o Comandante da GNR e o da PSP serem o 1.º e o outro o 2.º Secretário. Dá-me impressão que há aqui alguma falta de relações. -----

Assim, proponho para este artigo, que é o 8.º, três alterações: -----

- Alínea a): os trabalhos do Conselho Alargado são dirigidos por uma mesa presidida pelo Presidente da Câmara Municipal e integra ainda dois secretários eleitos entre os pares;
- Alínea b): os trabalhos do Conselho Restrito são dirigidos pelo Presidente da Câmara Municipal; -----
- Alínea c): das reuniões dos Conselhos serão lavradas atas que, depois de aprovadas em minuta ou na reunião seguinte, serão tornadas públicas.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** referiu que, “na prática, o Partido Socialista gostaria de congratular a Câmara Municipal pela rápida ação, ou seja, com estas alterações à Lei, colocar logo de imediato em funcionamento este órgão que será, obviamente, importante para se atuar, para ouvir as populações, para articular as várias entidades que compõem o Conselho, no sentido de salvuardarmos a segurança do nosso concelho. -----

Não nos vamos prender com questões processuais. Acho que já foram bastante debatidas na última Assembleia. O que interessa é que está este Executivo a cumprir a Lei; está este órgão em funcionamento e, portanto, só temos que desejar um bom trabalho para todos aqueles que compõem, quer o Conselho, quer o Conselho Restrito.” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** começou por “agradecer a ação do Executivo Camarário por reconhecer que a minha intervenção, na Assembleia de dezembro, não foi a “descoberta da pólvora”, mas efetivamente foi algo que trouxe sentido a toda esta discussão. -----

A velocidade com que foi criado este Conselho é questionável, pois, segundo declarações do Senhor Presidente à data, existiria uma comissão que transitava do mandato anterior. Portanto, há que reconhecer a forma expedita como foi tratado o assunto. -----

Quanto à proposta que apresentámos de nova composição, quer do Conselho Alargado, quer do Conselho Restrito, nós não pretendemos substituir ninguém a não ser a questão na alínea m) do artigo 6.º que seria, quem está neste momento investido, creio que é a Diretora da Escola Secundária Campos de Melo, e nós aí indicaríamos que passasse a ser indicado um

representante do Conselho Municipal da Educação para fazer a transição da informação com o respetivo órgão. Aquilo que a Lei diz é um representante da Educação. -----

As outras alterações que apresentamos são, apenas, aditamentos e não exclusões. Será incluir mais pessoas ou instituições neste Conselho.” -----

--- O **Senhor Presidente da Câmara** disse que “este Conselho nada tem a ver com o anterior que andámos a discutir. O outro Conselho, embora tivesse uma vocação idêntica a deste na sua génese, na prática não era tão atuante e profunda a sua ação. -----

O que aconteceu antes foi criar uma Comissão que nunca funcionou. Não vale a pena “chover no molhado”, mas isso foi a realidade. -----

Tivemos uma Assembleia Municipal, numa sexta-feira, em que discutíamos exatamente este primeiro Conselho e, na segunda-feira seguinte, saiu uma Lei que arrumou completamente a questão, ou seja, a Comissão perdeu todo o sentido. -----

A partir do momento em que sai uma Lei que revoga a anterior ou que a altera profundamente e que o figurino da sua criação (Conselho) é exatamente e completamente diferente, não fazia nenhum sentido mandar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fazer reuniões e a cumprir rituais formais que não passavam disso.” -----

Informou que no dia seguinte à publicação da nova Lei, procederam de forma a dar cumprimento à mesma, pondo em funcionamento o Conselho Municipal de Segurança. -----

“Este tem, de facto, muito mais poder, muito mais intervenção, mas, ainda assim, não é um órgão executivo: estamos a falar de um órgão de aconselhamento, um órgão consultivo. O estatuto dos seus membros é o de conselheiro. -----

Esta Lei é muito mais rigorosa e mais precisa no que diz respeito ao papel a desempenhar por este Conselho, desde logo, pela qualidade e quantidade dos intervenientes, a começar pelos Senhores Presidentes de Junta que são quem está mais próximo da realidade e as polícias. -----

Há é, efetivamente, uma lacuna. Eu entendo que o Senhor Comandante dos Bombeiros devia ter assento nestes Conselhos e, infelizmente, não tem e nem pode ter, senão cometeríamos uma ilegalidade. Como disse a Senhora Dr.<sup>a</sup> Graça, a Lei é taxativa, não é exemplificativa. -----

O que vou fazer na prática e já falei com os Senhores Conselheiros que concordaram: convidarmos o Senhor Comandante para todas as reuniões do Conselho. É tudo o que podemos fazer. -----

É sempre discutível se deve ser a escola A ou a escola B. -----

No que diz respeito às empresas, havendo uma única associação empresarial no nosso Conselho, achámos por bem fazê-la integrar. -----

A CPCJ e o Comissão Municipal de Educação já funcionam, têm o seu papel e há interligação. Alguns dos intervenientes são os mesmos, portanto haverá sempre articulação. -----

A Lei é clara também no seguinte: não obstante fechar a porta à entrada de novos membros, diz que, em função do tema a ser discutido em cada reunião, convidar-se-ão os órgãos ou as pessoas que sejam importantes, do ponto de vista do aconselhamento, para essa mesma reunião.” -----

Discordou relativamente à Comunicação Social dizendo que “os jornalistas têm por missão informar. Podemos ter de tratar questões, de natureza reservada, que não podem vir a público para não lançar pânico e o dever deontológico de um jornalista é difundir a informação que tem.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – foi a mesma aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP e IND) e 7 abstenções (PCP, PSD e CDS-PP).** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “É verdade que, quatro dias depois da última Assembleia Municipal, foi alterada a Lei e mudou todo o processo. Pode não caber a nenhum de nós que está aqui não ter vida e disponibilidade para ver o *Diário da República* todos os dias ou estar atento ao processo legislativo, mas os técnicos do Município ou os seus responsáveis deviam saber, à data que nós aqui sufragámos essa questão, que já tinha sido votado no Parlamento, há mais de um mês, essa matéria e tinha-nos evitado um bocadinho este episódio menos agradável.” -----

“Pode parecer, infelizmente, normal, mas em qualquer situação, se nota e se sente o facto do Município da Covilhã continuar sem qualquer tipo de rumo, conforme se pode observar na criação e implementação do Conselho Municipal de Segurança. Mas, antes de mais, deixem-nos alertar para a simples colocação dos temas na ordem de trabalhos, sem qualquer tipo de indicação, transformando o trabalho das bancadas num exercício de adivinhação e futurologia.

Mas passemos à discussão política e analisemos a cronologia dos factos. -----

Em Dezembro, os membros do executivo afirmaram perante os membros da Assembleia Municipal da Covilhã que não valia a pena votar uma moção para criação do Conselho Municipal de segurança porque “já estava em funcionamento”. -----

A verdade é que não estava, conforme comprovado pelo agendamento como ponto na ordem de trabalhos de reunião de Câmara, tendo sido este ponto retirado quando descobriram que era uma competência exclusiva do órgão deliberativo. -----

Na Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro, foi incluída na sua ordem de trabalhos, a criação do Conselho Municipal de Segurança. A documentação enviada aos eleitos era parca, remetendo somente para o decreto-lei anterior. Não referia que tipo de deliberação ou informação era: se a constituição do órgão, a aprovação do regulamento ou a criação de uma comissão da Assembleia para elaborar o regulamento. -----

Depois de um triste espectáculo, foi criada uma Comissão parlamentar com o objectivo de elaborar o dito regulamento até 28 de março. Infelizmente, este tipo de atrasos no Município não só é demasiado normal, como revela desconhecimento da lei. Quem acha que este tipo de atrasos não têm mal, produzem o mesmo efeito e são fruto da maturação de ideias, repare como as ideias ficaram podres de tão maduras, dado que, cinco dias depois da Assembleia Municipal, entrou em vigor uma alteração o regime jurídico que constitui os Conselhos Municipais de Segurança que, com o seu artigo 6.º, “matou” esta Comissão mesmo antes de nascer, nomeadamente através do ponto: -----

“1 – O Conselho, na sua primeira reunião, elabora uma proposta de regulamento a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

2 – Caso a Assembleia Municipal introduza alterações à proposta de regulamento, elabora nova proposta que remete ao Conselho para emissão de parecer no prazo de 30 dias. -----

3 – Na primeira sessão, após a receção do parecer do Conselho, a Assembleia Municipal aprova o Regulamento.” -----

Noutras palavras, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 32/2019, que procede à segunda alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto que cria os Conselhos Municipais de Segurança, deixam de fazer sentido as deliberações da última Assembleia Municipal no que diz respeito ao Conselho Municipal de Segurança. A Partir de agora, volta tudo à estaca zero para, em abril, na sessão ordinária, se votar a constituição do órgão, que posteriormente tem que elaborar o regulamento, para depois ainda ter que voltar à Assembleia Municipal da Covilhã. Entretanto, passou meio mandato e há covilhanenses em perigo. Por esta razão, a bancada do PSD na AMC solicitou a convocação de uma conferência de líderes de bancada para discutir a temática. -----

A verdade é que até agora, aguardamos essa mesma convocatória, num manifesto desrespeito pelo n.º 1 do art.º 10 do regimento da nossa Assembleia Municipal e num manifesto desrespeito por uma bancada do órgão a que o senhor Presidente da Assembleia preside. -----

Por essa razão, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal abstêm-se na votação.” (Doc. 18) ---

Concluiu desejando “votos de um bom e profícuo funcionamento ao Conselho Municipal de Segurança, fazendo figas para que não siga o caminho de esvaziamento que muitos outros Conselhos Municipais consultivos têm seguido neste Município.” -----

#### **2.4 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de março de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1504 de 2019.03.18 e seus anexos, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação e não havendo intervenientes, foi colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso** – tendo sido a mesma **aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS, PCP, PSD, DNCCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

#### **2.5 - CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Atividades do Ano de 2018**

--- O presente assunto foi remetido à Assembleia Municipal, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, para conhecimento, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A **Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes**, na qualidade de membro da Assembleia Municipal com assento na Comissão Alargada da CPCJ, fez uma breve apresentação, em PowerPoint, do trabalho desenvolvido no ano de 2018. (Doc. 19) -----

--- Usaram da palavra os Senhores: -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: Elogiou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã. Enalteceu ainda o trabalho da Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes por “prestar contas ao órgão que está a representar na CPCJ. A Democracia também é isto mesmo – prestação de contas. Merece aqui pelo menos o meu Voto de Louvor porque já é a segunda vez, desde que cá estou, que assisto a esta prestação de contas. Os dados foram transmitidos de forma completamente transparente. É um órgão que realiza um trabalho absolutamente fulcral como, aliás, vimos no aumento de alguns casos, não obstante as suas justificações.” -----

Recordou o repto lançado no ano anterior, dizendo estar “previsto na Lei que exista um representante da Juventude na Comissão Alargada da CPCJ. A sugestão que eu aqui fiz é: em vez de ser a Câmara Municipal a escolher, autonomamente, qual será o representante, que seja consultada o Conselho Municipal da Juventude para escolher esse representante. -----

Questiono se, entretanto, neste ano, desde que eu fiz essa questão, foi realmente feito isso e pôde ser integrado um legítimo representante das novas gerações naquele que é o órgão próprio e consultivo do Município para o efeito.” -----

- **Dr.º António João dos Reis Rodrigues (DNCCP):** “Relativamente ao documento, confesso que tive alguma dificuldade de análise e acabei por pôr a parte política de lado e fazer uma análise de acordo com a minha consciência ainda profissional me ditou. Não conhecia e passei a conhecer hoje o primeiro elemento desta Comissão. -----

Tenho a fazer a seguinte análise: -----

O testemunho escrito disponibilizado documenta o elevado grau de profissionalismo, dedicação e empenho que todos os agentes envolvidos colocaram na sua atuação em prol da proteção de crianças e jovens em risco do Concelho da Covilhã. -----

Da análise do relatório registamos: reivindicações, falta de espaço, falta de viatura própria caracterizada e a tempo inteiro, falta de equipamento informático eficiente. -----

Parece-nos um conjunto de reivindicações comuns em todas as instituições, pois todos querem melhor para o seu serviço, para o seu departamento, para a sua empresa. -----

Cabe ao Senhor Presidente da Câmara avaliar e tomar as decisões que entender como adequadas dentro do quadro das disponibilidades existentes. -----

Porém, no que diz respeito à viatura exclusiva e caracterizada, a experiência ensinou-nos que o conceito de “quintinha”, subjacente à nossa cultura latina e ainda existente em muitas organizações portuguesas, deve ser esbatido e questionado. -----

Assim, a pretensão de ter um carro caracterizado e em exclusividade deve ser repensada. -----

O que a Câmara Municipal deve fazer, e admito que o esteja a fazer, é um bom planeamento efetivo, entenda-se de viaturas, e diariamente fazer a melhor gestão. Admito que o esteja a fazer, pois o volume de trabalho apresentado pela Comissão assim o sugere. -----

Relativamente à caracterização do carro, penso que há necessidade de uma aturada reflexão antes de tomar tal decisão. Pessoalmente, não veria de bom grado um carro caracterizado para áreas problemáticas. Também a presença dos técnicos da Comissão, que muitas vezes deve ter necessidades de ser discreta, passaria de imediato a ser denunciada, não protegendo a identidade do jovem ou criança em questão, para além de impedir que a viatura possa ser utilizada para outras atividades. -----

Há também duas afirmações que estão no relatório: -----

- Houve falta de resposta atempada para crianças com perturbações emocionais e comportamentais; -----
- Do Plano de Ação relativo de 2018, poucas ações, relativas à promoção dos direitos e de prevenção de situações de perigo para criança e jovens, foram realizadas (pág. 5, parágrafo único). -----

Essas afirmações, pensamos nós, requerem do Senhor Presidente da Câmara uma análise mais refinada, no sentido de avaliar o seu significado. Acreditamos no elevado grau de honestidade e profissionalismo de todas as instituições envolvidas nesta Comissão. -----

Para terminar, relevo ainda o esforço, o sacrifício e a dedicação que todos os envolvidos nesta Comissão, profissionais e instituições, puseram na sua atividade em 2018 com o nobre objetivo de proteger crianças e jovens em risco na Covilhã. -----

Votos para que em 2019 continue o bom trabalho e o possa fazer ainda melhor.” -----

- **Prof.º Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Todos nós sublinhamos e concordamos da importância desta Comissão e do seu trabalho que é feito no Concelho da Covilhã. Verifica-se pelas entidades que sinalizam (forças de segurança e escolas), esta Comissão em articulação com as escolas tem um papel relevante. -----

À semelhança deste relatório, também gostaria de ver outros relatórios de outras comissões onde a Assembleia Municipal também tem representantes para que seja possível esse acompanhamento. -----

É hábito e é útil a apresentação deste relatório. Lembro-me de que, no ano anterior, fizemos a análise de um relatório semelhante desta Comissão. Os problemas colocados, já na época, eram os mesmos e aquilo que verificamos é que, nas dificuldades elencadas neste relatório, continua-se a viver com os mesmos problemas. -----

Uma comissão destas tem que, de facto, ter um espaço próprio, equipamentos adequados, viaturas para se deslocarem e uma equipa mais alargada que nós já falávamos no anterior relatório: a questão da existência ou não de uma psicóloga nesta Comissão para dar uma ajuda ao trabalho que é feito. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara até deu abertura da possibilidade da entrada de um técnico desta área nessa Comissão. -----

Espero que as dificuldades, que foram aqui sublinhadas pela Comissão, sejam dadas resposta pela Câmara Municipal e que, na composição da própria comissão, se leve em conta a necessidade de outros técnicos porque, por aquilo que foi possível ver, há muito mérito, existe muito trabalho e muito sacrifício de quem está hoje a trabalhar nesta Comissão. Daí, para além de todos os comentários e da valorização do trabalho, reconhecendo fundamentalmente da importância da Comissão e do trabalho que é feito, deve merecer da Câmara todo o carinho e apoio para que seja possível realizar esse trabalho e realizá-lo em maior quantidade possível porque os problemas estão aí: os dados demonstraram, relativamente ao abandono escolar, os problemas continuam a acentuar-se; em relação à violência doméstica, também. Hoje, muitas

vezes, as famílias não acompanham como deveriam acompanhar as crianças que têm. É evidente que cada família tem as suas dificuldades e os seus problemas. São atendíveis, mas a verdade é que essas dificuldades existem por várias razões. -----

Por último, quase me atrevera a propor a esta Assembleia um Voto de Louvor ao trabalho que é feito e uma Recomendação à Câmara para a criação de melhores condições de trabalho à Comissão.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Sobre a CPCJ, começava pegando nas palavras do orador que me antecedeu, o Deputado Reis Silva, propondo, à semelhança daquilo que a bancada do PS tem vindo a fazer nos últimos anos, um Voto de Louvor não só aos representantes do Município, no caso os representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, mas todos os elementos da CPCJ, na pessoa do Senhor Prof.º João Maximino que, aliás, sabe, por prejuízo próprio da sua integridade física, aquilo que custa fazer este trabalho de forma abnegada e graciosa a bem daquilo que é a nossa comunidade. -----

Proponho que se faça formalmente um Voto de Louvor à CPCJ na pessoa do Senhor Presidente da CPCJ e todos os membros que a integram e, naturalmente, aqueles que são Deputados Municipais que fazem parte dessa Comissão. -----

Felicitar pelo trabalho que vieram desenvolver e fazer algumas considerações em relação àquilo que já foram as intervenções em relação à CPCJ. -----

Efetivamente temos posições e opiniões diferentes. Não me parece razoável que se ache que a CPCJ deva andar identificada. É um trabalho que é feito em surdina, com discrição e não me parece correto, nem útil sequer, que o carro ande identificado. Do meu ponto de vista, é altamente estigmatizante, é contraproducente e não se preserva aquilo que é o direito e a reserva da intimidade das pessoas. -----

Devo lembrar que esta Assembleia já elegeu os representantes da Assembleia na CPCJ e é mais do que um. São vários e compete a esta Assembleia indicar os elementos representantes desta Assembleia na CPCJ. Vir aqui dizer que conheceu hoje, pela primeira vez, não só é uma desconsideração pela Eng.ª Catarina, mas todos aqueles elementos que nós elegemos neste mandato e que já fizeram parte no passado.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** esclareceu que “os membros das associações juvenis foram reunidos e foi votado para representante, dentro dessas associações que apareceram (houve indicação de qual é que seria a associação a representar na Comissão Alargada das associações juvenis), a AUBI.” -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** face ao esclarecimento prestado pela Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, censurou o facto de “reunir as associações juvenis do Concelho sem ser na plataforma própria para o efeito.” -----

- **Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** propôs que o Voto de Louvor fosse alargado a todas as bancadas. Referiu que podiam discordar “em termos de funcionamento”, porém estavam em acordo relativamente ao trabalho extraordinário concretizado pelas pessoas que constituem a Comissão. -----

--- Colocado o **Voto de Louvor** à votação *foi aprovado por unanimidade.* -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram treze horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Técnico Superior,